


COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS



COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS

Relatório de Atividades

Brasília
2023



Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

57ª Legislatura (2023-2027) - 1ª Sessão Legislativa Ordinária

Presidente

Arthur Lira

1º Vice-Presidente

Marcos Pereira

2º Vice-Presidente

Sóstenes Cavalcante

1º Secretário

Luciano Bivar

2ª Secretária

Maria do Rosário

3º Secretário

Júlio Cesar

4º Secretário

Lucio Mosquini

Suplentes de Secretários

1º Suplente

Gilberto Nascimento

2º Suplente

Pompeo de Mattos

3º Suplente

Beto Pereira

4º Suplente

André Ferreira

Diretor-Geral

Celso de Barros Correia Neto

Secretário-Geral da Mesa

Luís Otávio Veríssimo Teixeira

EXPEDIENTE

COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS

Presidente: Célia Xakriabá (PSOL/MG)

1º Vice-Presidente: Dilvanda Faro (PT/PA)

2º Vice-Presidente: Chico Alencar (PSOL/RJ)

TITULARES

Airton Faleiro (PT/PA)

Amom Mandel (CIDADANIA/AM)

Átila Lins (PSD/AM)

Célia Xakriabá (PSOL/MG)

Chico Alencar (PSOL/RJ)

Defensor Stélio Dener (REPUBLICANOS/RR)

Dilvanda Faro (PT/PA)

Dorinaldo Malafaia (PDT/AP)

Duda Salabert (PDT/MG)

Elcione Barbalho (MDB/PA)

Gabriel Mota (REPUBLICANOS/RR)

Juliana Cardoso (PT/SP)

Silvia Waiãpi (PL/AP)

Túlio Gadêlha (REDE/PE)

Zezinho Barbary (PP/AC)

SUPLENTES

Coronel Chrisóstomo (PL/RO)

Delegado Caveira (PL/PA)

Josenildo (PDT/AP)

Júnior Ferrari (PSD/PA)

Pastor Diniz (UNIÃO/RR)

Paulo Guedes (PT/MG)

Saullo Vianna (UNIÃO/AM)

Silas Câmara (REPUBLICANOS/AM)

CORPO TÉCNICO DA COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS

Secretária-Executiva: Clarice Nader Pereira

Camila Rodrigues Henning

Eriki Miller Lima Luiz Paiva

Jaqueline dos Santos

Juvana Evarista dos Santos

Marcelo Idalízio Penna

Maíra de Oliveira Carneiro

Vinícius Pontes Lannes Torres Cruz

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
PALAVRA DA PRESIDENTE	8
PRESIDÊNCIA.....	10
MEMBROS.....	11
REPRESENTAÇÃO.....	13
RESULTADOS	15
PROPOSIÇÕES.....	16
REQUERIMENTOS.....	25
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	28
SEMINÁRIOS.....	72
DILIGÊNCIAS.....	82
REUNIÕES TÉCNICAS	85
TRABALHO CONJUNTO	89
VISITAS TÉCNICAS.....	90
ORÇAMENTO.....	92

APRESENTAÇÃO

A Resolução nº 1/2023, que cria a CPOVOS, coloca, pela primeira vez, os indígenas e demais povos e comunidades tradicionais (PCTs) como protagonistas de uma Comissão temática permanente. É um reconhecimento, mesmo que tardio, não só da importância dos conhecimentos tradicionais e de sua contribuição para o desenvolvimento sustentável, mas também da situação de vulnerabilidade em que esses sujeitos se encontram. Trazê-los para a pauta legislativa era urgente.

Não menos importante, mas sem a característica da inovação institucional, coube a esta Comissão também a Amazônia, o maior dos sete biomas brasileiros, cuja riqueza natural se contrapõe dramaticamente aos baixos índices socioeconômicos da região. É, então, um bioma extremamente complexo e frágil, que precisa de constante atenção por parte do Estado.

O primeiro ano de trabalho da Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais está, em grande parte, registrado nas páginas seguintes. O resultado foi fruto das contribuições de um Colegiado bastante diversificado e atuante, como deve ser numa boa democracia.



PALAVRA DA PRESIDENTE

A criação desta Comissão é um marco histórico na política do país, para os povos indígenas e para os demais povos e comunidades tradicionais. Foram 199 anos, desde a fundação do Congresso Nacional do Brasil em 1824, para que os povos indígenas viessem a ser tema da estrutura institucional, e para que uma mulher indígena viesse a presidir uma comissão.

Acredito que temos as tecnologias ancestrais e sociais para salvar a vida na terra. Por isso, não era apenas eu, uma pessoa indígena, presidindo a comissão. Eram novecentos mil cocares comigo nessa missão, além das comunidades quilombolas, povos de terreiro, vazanteiros, ribeirinhos, apanhadores de flores e demais povos tradicionais.

Buscamos, em nossa presidência, reflorestar a política e o pensamento, trazendo os saberes da nossa ancestralidade, a força do jenipapo e do urucum e as vozes da terra. Inclusive, levamos a Comissão até os territórios para fazer a escuta sensível, pois esse parlamento paralelo é fundamental para a construção das ações legislativas. E com a Amazônia no nome, mas sempre lembrando também do Cerrado, da Mata Atlântica, da Caatinga, do Pampa e do Pantanal, pois tratamos de dar voz a todos o biomas.

Nossa pauta não é apenas progressista. Defender o planeta através da defesa das florestas, dos biomas e dos povos e comunidades tradicionais é também uma pauta humanitária. Chegamos aqui com a força do cantar, com a força do turbante, tambor e Maracá, com a força das águas, da terra e da semente. Somos os povos que resistem pela força do lutar, pois antes do Brasil da coroa, existe o Brasil do cocar.



Célia Nakriaba
Chico Alencar
Dilvanda Falcão
Dorivaldo Falcão
Duda Salatiel
Eduardo Villela
Elcione Barbalho
Gabriel Monteiro
Paulo Guedes
Sílvia Witte
Túlio Gatti
Zé Henrique

SUPLENTE
Cel. Chrisóvão
Delegado Cássio
Josenildo
Juliana Carneiro
Júnior Ferraz
Pastor Diniz

DEP. CELIA NAKRIABA
PRESIDENTE DOS POVOS

PRESIDÊNCIA



PRESIDENTE
Célia Xakriabá
(PSOL/MG)



1°VICE-PRESIDENTE
Dilvanda Faro
(PT/PA)



2°VICE-PRESIDENTE
Chico Alencar
(PSOL/RJ)

MEMBROS

Titulares



Airton Faleiro
(PT/PA)



Amon Mandel
(CIDADANIA/AM)



Átila Lins
(PSD/AM)



Célia Xakriabá
(PSOL/MG)



Chico Alencar
(PSOL/RJ)



Defensor Stélio Dener
(REPUBLICANOS/RR)



Dilvanda Faro
(PT/PA)



Dorinaldo Malafaia
(PT/PA)



Duda Salabert
(PDT/MG)



Elcione Barbalho
(MDB/PA)



Gabriel Mota
(REPUBLICANOS/RR)



Túlio Gadêlha
(REDE/PE)

MEMBROS

Suplentes



Delegado Caveira
(PL/PA)



Coronel Chrisóstomo
(PL/RO)



Josenildo
(PDT/AP)



Júnior Ferrari
(PDT/PA)



Pastor Diniz
(UNIÃO/RR)



Paulo Guedes
(PT/MG)



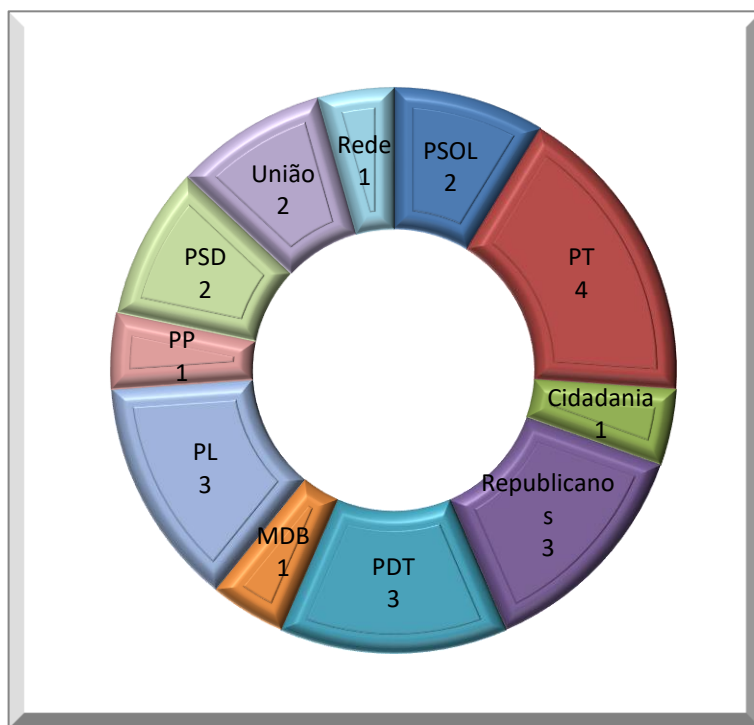
Saullo Vianna
(UNIÃO/MG)



Silas Câmara
(REPUBLICANOS/AM)

REPRESENTAÇÃO

Na Câmara dos Deputados, atualmente, existem 30 Comissões Permanentes, que têm por finalidade apreciar os assuntos ou proposições submetidos ao seu exame e sobre eles deliberar. A Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais (CPOVOS) é uma delas e possui 18 membros titulares e 18 suplentes. A distribuição das vagas, nesses órgãos colegiados, se dá entre os Partidos e Blocos Parlamentares, com observância, tanto quanto possível, do princípio da proporcionalidade partidária.



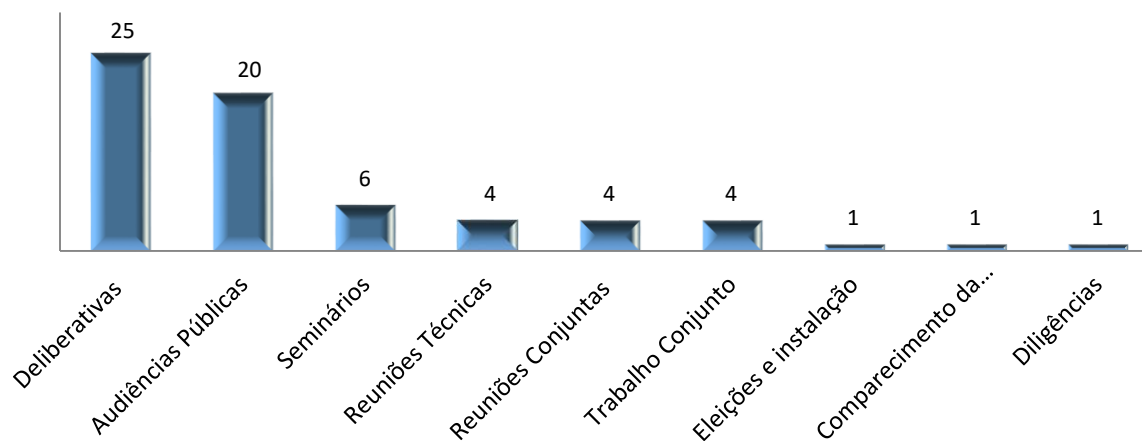
REPRESENTAÇÃO POR ESTADOS	
Pará	21,74%
Amazonas	17,39%
Amapá	13,04%
Minas Gerais	13,04%
Roraima	13,04%
Acre	4,35%
Pernambuco	4,35%
Rio de Janeiro	4,35%
Rondônia	4,35%
São Paulo	4,35%



RESULTADOS

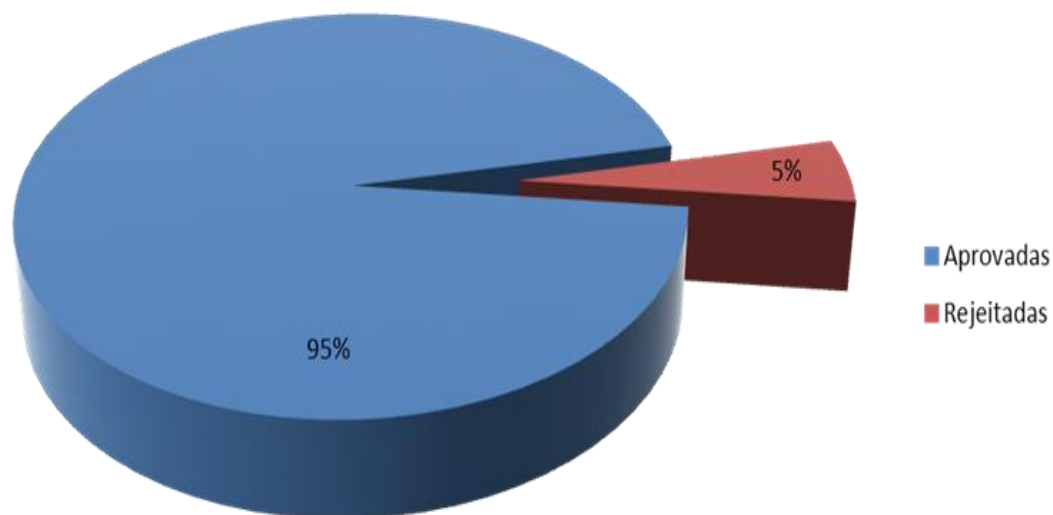
No dia 15/03/2023, foi realizada a primeira reunião da Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais, para sua instalação e eleição da respectiva Mesa Diretora. Durante o ano, ocorreram 25 reuniões deliberativas, com objetivo de analisar diversas proposições legislativas, além de 20 audiências públicas, 6 seminários e reuniões com a presença da Ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara.

Foram desenvolvidos, ainda, 8 eventos em parceria com outras comissões permanentes da Câmara dos Deputados, sendo 4 sob própria coordenação, designados neste relatório como “Reuniões Conjuntas”, e os outros 4, sob gerência das outras comissões, identificados como “Trabalho Conjunto”. Os encontros promoveram o debate de diversos temas relacionados à Comissão e, no total, a CPOVOS atingiu o total de 66 atividades em seu primeiro ano de existência.



PROPOSIÇÕES APRECIADAS PELA CPOVOS

Em 2023, a Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais apreciou e deu andamento a 20 Projetos de Lei. Desses, 19 foram aprovados, incluindo apensados, e apenas 1 foi rejeitado. Predominou, nas deliberações, o tema da assistência aos povos indígenas e aos povos e comunidades tradicionais.



PROPOSIÇÕES APROVADAS

PL 2411/2021 - do Dep. Eduardo Bismarck (PDT-CE) - Altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, para assegurar aos procuradores do órgão ou entidade federal de assistência aos indígenas ou àqueles que exerçam cargo ou função pública equivalente às prerrogativas, na defesa judicial dos direitos e interesses dos indígenas e suas comunidades, de intimação pessoal de todos os atos do processo e de contagem em dobro dos prazos previstos em lei para todas as manifestações.

Relator: Dep. Defensor Stélio Dener (REPUBLIC-RR)

Parecer: pela aprovação, com emenda

Aprovado em 16/05/23

Encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

PL 2913/2022 - do Dep. Sidney Leite (PSD-AM) - Confere ao Município de Maués, no estado do Amazonas, o título de Capital Nacional do Guaraná.

Relator: Dep. Amom Mandel (CIDADANIA-AM)

Parecer: pela aprovação

Aprovado em 16/05/23

Encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

PL 2935/2022 - da Dep. Joenia Wapichana (REDE-RR) e outros - Cria e regulamenta as categorias de Professor(a), Intérprete e Tradutor(a) de Língua Indígena.

Relatora: Dep. Helena Lima (MDB-RR)

Parecer: pela aprovação

Aprovado em 03/08/23

Encaminhado para a Comissão de Trabalho (CTRAB)

PL 4386/2019 - do Dep. Túlio Gadêlha (REDE-PE) - Dispõe sobre a reserva de vagas a candidatos autodeclarados indígenas nos concursos públicos para provimento de cargos do magistério público na educação básica realizados em áreas de elevada concentração de povos indígenas.

Apensados: **PL 5476/2020**, da Dep. Joenia Wapichana (REDE-RR); e **PL 2489/2023**, da Dep. Juliana Cardoso (PT-SP)

Relator: Dep. Chico Alencar (PSOL-RJ)

Parecer: pela aprovação deste e dos apensados, com substitutivo

Aprovado em 29/08/23

Encaminhado para a Comissão de Educação (CE)

PL 277/2022 - da Dep. Joenia Wapichana (REDE-RR) - Altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, para criar a ação civil pública de responsabilidade educacional nos casos de ameaça ou comprometimento do direito à educação escolar indígena pública.

Relator: Dep. Dorinaldo Malafaia (PDT-AP)

Parecer: pela aprovação

Aprovado em 29/08/23

Encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

PL 304/2015 - do Dep. Valmir Assunção (PT-BA) - Altera os artigos 3º, 24, 26 e 36, da Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, que institui nos currículos escolares do ensino fundamental, conhecimento sobre a língua, usos, costumes e a cultura dos povos e comunidades tradicionais e minorias étnicas formadores dos povos brasileiros.

Apensados: **PL 489/2019**, do Dep. Chico D'angelo (PDT-RJ); **PL 523/2019**, da Dep. Jandira Feghali (PCdoB-RJ); **PL 349/2020**, do Dep. José Guimarães (PT-CE); **PL 5240/2020**, do Dep. Alexandre Frota (PSDB-SP); e **PL 548/2021**, do Dep. Alex Santana (PDT-BA)

Relatora: Dep. Juliana Cardoso (PT-SP)

Parecer: pela aprovação deste e dos apensados, com substitutivo

Aprovado em 05/09/23

Encaminhado para a Comissão de Educação (CE)

PL 4741/2019 - do Dep. Valmir Assunção (PT-BA) e outros - Estabelece diretrizes e objetivos para as políticas públicas de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais.

Relator: Dep. Dorinaldo Malafaia (PDT-AP)

Parecer: pela aprovação, com emenda

Aprovado em 19/09/23

Encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

PL 10782/2018 - da Dep. Erika Kokay (PT-DF) - Altera o art. 1.048 do Código de Processo Civil para garantir prioridade na tramitação dos processos que envolvam a demarcação de terras indígenas e a titulação de propriedade a comunidades remanescentes de quilombos.

Relatora: Dep. Dilvanda Faro (PT-PA)

Parecer: pela aprovação

Aprovado em 17/10/23

Encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

PL 2098/2019 (emenda do Senado) - da Dep. Laura Carneiro (MDB-RJ) - Acrescenta incisos ao art. 1º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para explicitar, entre as finalidades do Programa Nacional de Apoio à Cultura - Pronac, o apoio às culturas indígenas, afro-brasileiras e de minorias e a distribuição equilibrada de recursos entre as manifestações culturais, priorizando as tradicionais de origem local, raízes da cultura brasileira.

Relator: Dep. Dorinaldo Malafaia (PDT-AP)

Parecer: pela aprovação

Aprovada a emenda do Senado em 17/10/23

Encaminhado para a Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR)

PL 2153/2022 - do Dep. Pompeo de Mattos (PDT-RS) - Inclui as comunidades tradicionais entre os segmentos populacionais com direito às vagas reservadas a egressos do ensino público nas instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio.

Relatora: Dep. Duda Salabert (PDT-MG)

Parecer: pela aprovação, com substitutivo

Aprovado em 17/10/23

Encaminhado para a Comissão de Educação (CE)

PL 1020/2023 - da Dep. Célia Xakriabá (PSOL-MG) - Institui o Dia Nacional de Proteção e Combate à Violência às Mulheres Indígenas.

Relatora: Dep. Juliana Cardoso (PT-SP)

Parecer: pela aprovação

Aprovado em 07/11/23

Encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

PL 4014/2023 - da Dep. Célia Xakriabá (PSOL-MG) - Dispõe sobre a presença obrigatória de Intérprete/Tradutor de Língua Indígena em Órgãos Públicos, Instituições de Funções Essenciais à Justiça e Concessionárias de Serviços Públicos.

Relator: Dep. Dorinaldo Malafaia (PDT-AP)

Parecer: pela aprovação

Aprovado em 21/11/23

Encaminhado para a Comissão de Administração e Serviço Público (CASP)

PROPOSIÇÕES REJEITADAS

PL 4416/2021 (emenda do Senado) - do Dep. Júlio Cesar - Altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para fixar novo prazo para a aprovação de projetos beneficiados com incentivos fiscais de redução e reinvestimento do imposto sobre a renda e adicionais nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

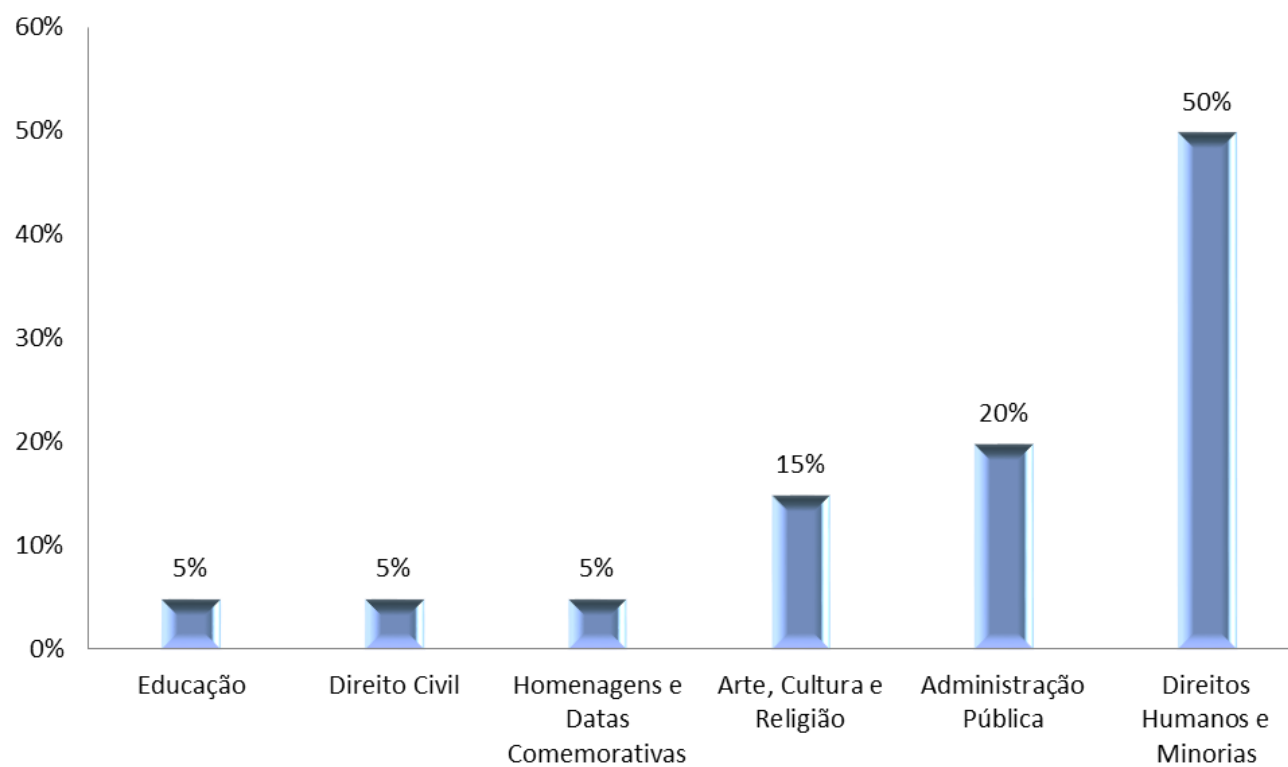
Relatora: Dep. Airton Faleiro (PDT-PA)

Parecer: pela rejeição da emenda do Senado

Rejeitada a emenda do Senado em 07/11/23

Aprovado o regime de urgência para a matéria, a emenda do Senado foi rejeitada pelo Plenário da Câmara em 22/11/23

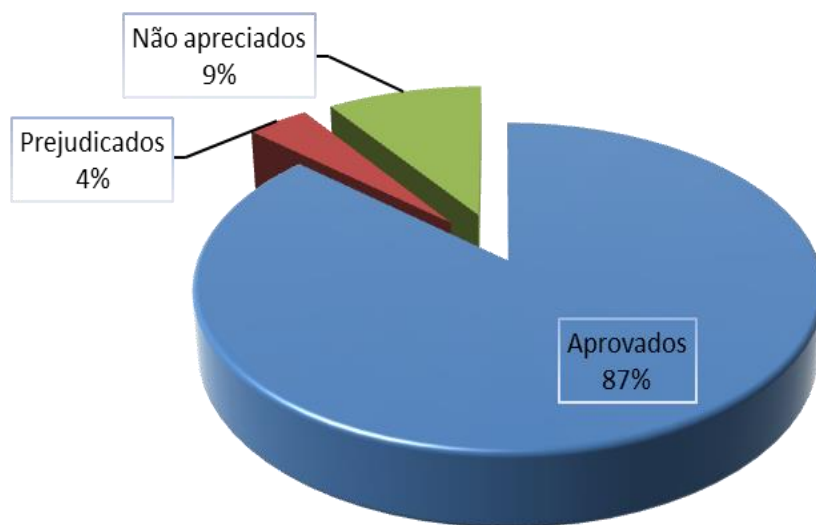
TEMAS RECORRENTES NOS PROJETOS DE LEI



Classificação disponibilizada automaticamente pelo Sistema de Informações Legislativas (SILEG).

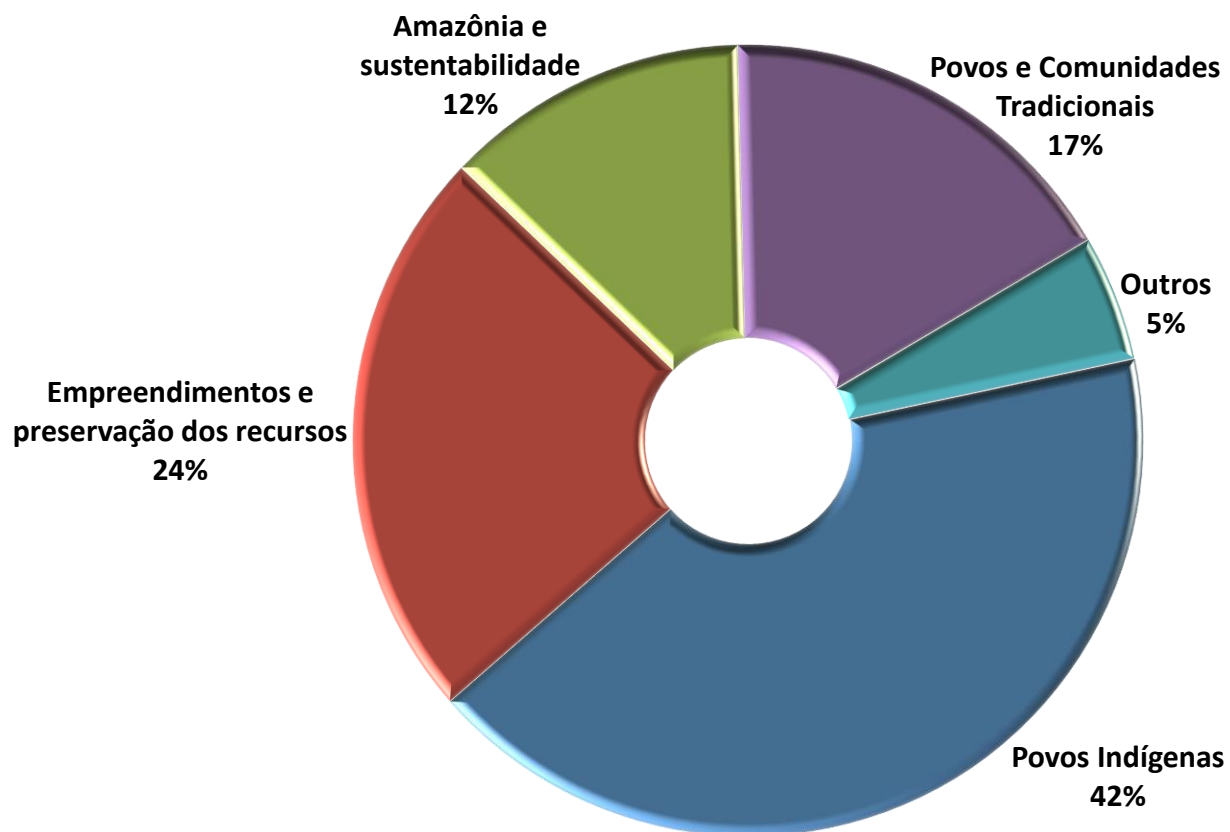
REQUERIMENTOS

A CPOVOS recebeu 105 requerimentos de seus membros. Desses, 91, que em maioria solicitavam a realização de audiências públicas ou seminários, foram aprovados pelo plenário da Comissão.



Aprovados	91
Prejudicados	4
Não apreciados	10

TEMAS RECORRENTES NOS REQUERIMENTOS



AUDIÊNCIAS PÚBLICAS



REGULAMENTAÇÃO DA CONSULTA PRÉVIA A POVOS TRADICIONAIS EM MINAS GERAIS

Data: 18/04/2023

Requerimento nº 11/2023, deputada **Célia Xakriabá (PSOL/MG)**

Expositores: **João Carlos Pio de Souza** - representante dos Povos e Comunidades de Tradição Religiosa Ancestral de Matriz Africana; **Makota Kidoialê** - Quilombo Manzo Ngunzo Kaiango, Belo Horizonte/MG; **Edna Correia de Oliveira** - representante da N'GOLO, Federação Quilombola do Estado de Minas Gerais; **Adair Almeida** - representante geraizeiro, de Vale das Cancelas, Grão Mongol/MG; **Cacique Arapowaná** - Aldeia Xucuru-Kariri, Brumadinho/MG; **Ana Claudia Alexandre** - Defensora Pública Estadual especializada em Direitos Humanos; **Andreia de Jesus** - Deputada Estadual em Minas Gerais; **Helder Magno da Silva** - Procurador Regional de Tutela dos Povos e Comunidades Tradicionais do Ministério Público Federal; **Leninha** - Deputada Estadual em Minas Gerais; **Bella Gonçalves** - Deputada Estadual em Minas Gerais; **Alessandra Jacobovski** - representante da Terra de Direitos; **Layza Queiroz Santos** - representante do Coletivo Margarida Alves; **Moara Saboia** - Vereadora em Contagem/MG; **Duílio Campos** - Subsecretário de Desenvolvimento Social do Estado de Minas Gerais.



imagem: divulgação Câmara

Realizada em conjunto com a Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, esta audiência pública discutiu a Resolução Conjunta nº 01/2022, das Secretarias Estaduais de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) e de Desenvolvimento Social (SEDESE). Esta Resolução regulamenta a Convenção 169 da OIT, no que toca à consulta livre, prévia e informada a povos tradicionais de Minas Gerais eventualmente afetados pela execução de obras de grande impacto ambiental.

Conforme colocado pela proponente da audiência, há, no estado de Minas Gerais, uma ofensiva do setor mineral para ampliar suas atividades em todas as regiões, gerando danos e conflitos com populações e povos tradicionais em todos os cantos do estado. Além de grandes projetos e obras de altíssimo impacto socioambiental, como por exemplo, o anel rodoviário metropolitano Rodoanel (“Rodominério”) cujo traçado previsto, apesar de atingir diretamente inúmeras comunidades tradicionais, não foi objeto de qualquer consulta às mesmas.

Segundo os expositores que participaram da reunião, a Resolução Conjunta fere a própria Convenção 169, por negar justamente o direito à consulta livre, prévia e informada dos povos e comunidades tradicionais, bem como o direito ao autorreconhecimento e auto-organização dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Como encaminhamentos, foram anunciados oficial o Estado de MG para revogar, com base não só nessa audiência pública, mas também na recomendação da Comissão Nacional de Direitos Humanos, na reivindicação de mais de oitenta entidades e povos signatários de nota pública e na própria Convenção 169 da OIT, além de oficial as instituições de Justiça para tomada de providências. Vale destacar que pouco mais de um mês após a realização desta audiência pública, a Resolução Conjunta nº 01 foi revogada.



assista na íntegra

VIOLAÇÕES CONTRA OS POVOS INDÍGENAS DURANTE A DITADURA MILITAR

Data: 25/04/2023

Requerimentos nº 9 e 22/2023, deputada **Célia Xakriabá (PSOL/MG)**

Expositores: **Marcelo Zelic** - representante da Comissão de Justiça de Paz de São Paulo e idealizador do Armazém Memória; **Marlon Alberto Weichert** - Procurador Regional da República; **Eliel Benites** - Diretor de Línguas e Memórias do Ministério dos Povos Indígenas; **Joenia Wapichana** - Presidenta da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI); **Rubens Valente** - Jornalista e autor do livro “Os Fuzis e As Flechas”; **Geovanni Krenak** - Representante do Povo Krenak e da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB); **Sueli Maxakali** - Representante do Povo Maxakali e da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB); **Maíra Pankararu** - Conselheira da Comissão de Anistia.



A Comissão Nacional da Verdade (CNV), em seu relatório de 2014, identifica a morte de pelo menos oito mil indígenas de 10 povos. Treze recomendações foram feitas a fim de aprofundar sobre os crimes cometidos nessa época, buscar os mecanismos necessários para a superação desse passado de violência e, enfim, atingir um novo momento de paz democrática, mas nada disso foi seguido ou alcançado.

Rubens Valente ressaltou os casos de deslocamento forçado de indígenas dos seus territórios, para liberar espaço para obras da ditadura. Marlon Weichert recomendou a criação de uma comissão da verdade exclusiva para a questão indígena. Disse que a CNV apontou que ao menos 8.350 indígenas foram mortos pela ditadura, mas mesmo assim não os incluiu na lista oficial das vítimas. A jurista Maíra Pankararu comentou que, a partir do momento em que o movimento indígena começar essa investigação, povo por povo, falar e empoderar essas memórias, farão nascer uma verdadeira reparação histórica. Maíra apontou como encaminhamento o movimento jurídico de criar interpretações para as normas já existentes que coloquem os povos indígenas como sujeitos de direito, visto que essas leis foram elaboradas pensando nos indivíduos urbanos, apenas.

A presidenta da FUNAI, Joenia Wapichana, afirmou a necessidade de toda a reparação, todo o reconhecimento, toda a indenização e todas as ações possíveis. Disse que a FUNAI está empenhada em contribuir com essa política de reparação, e concluiu dizendo que "um povo que não conhece a sua história está fadado a repeti-la". A presidenta Célia Xakriabá finalizou com a recomendação para instituir, no âmbito do Ministério dos Povos Indígenas, a estrutura de um possível grupo de trabalho para estudar e viabilizar a comissão nacional indígena, além da realização de nova audiência pública da CPOVOS destinada ao território Maxakali/Krenak.



▶ assista na íntegra

EFEITOS DO PL 490/07 E DO MARCO TEMPORAL PARA OS POVOS INDÍGENAS

Data: 16/05/2023

Requerimento nº 28/2023, deputadas **Célia Xakriabá (PSOL/MG)** e **Juliana Cardoso (PT/SP)**

Expositores: **Eloy Terena** - Secretário-executivo do Ministério dos Povos Indígenas; **Joenia Wapichana** - Presidenta da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI); **Maurício Terena** - Coordenador Jurídico da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB); **Brasílio Pripá** - representante da Articulação dos Povos Indígenas da região Sul (ARPINSUL) e da Comunidade Indígena Xokleng; **Priscila Terena** - Assessora Jurídica do Conselho do Povo Terena; **Carlos Frederico Marés de Souza Filho** - Doutor e Mestre em Direito, Professor da PUC-PR; **Paulo Tupinikim** - representante da Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME); **Jaime Siqueira** - Coordenador-executivo do Centro de Trabalho Indigenista (CTI).



Os expositores denunciaram o aumento das pressões de setores econômicos para a aprovação de projetos de lei que consideram danosos aos povos tradicionais, às vésperas da decisão final do STF sobre os critérios para a demarcação de novos territórios. Priscila Terena citou 156 terras, oito etnias e mais de 80 mil indígenas impactados, em caso de aprovação desses textos: “a aprovação é a declaração do nosso extermínio e o início da institucionalização do nosso genocídio”.

O autor do requerimento de urgência ao PL 490, deputado Zé Trovão (PL-SC) disse que a intenção seria buscar segurança jurídica e estabilidade das atividades produtivas nas áreas rurais. No entanto, os advogados das entidades indígenas Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) apontaram inconstitucionalidades nas propostas.

A presidenta da FUNAI, Joênia Wapichana, denunciou riscos a direitos fundamentais previstos na Constituição, que são originários, imprescritíveis, indisponíveis e inalienáveis. No mesmo sentido, Brasília Pripá, liderança do povo Xokleng, defendeu que o direito da comunidade indígena não começa em 1988: “nós estamos aqui há mais de 500 anos em cima dessa terra.” Para Eloy Terena, “a tradicionalidade é a forma como cada povo se relaciona com o seu território. Isso não tem nada a ver com o tempo, mas tem a ver com o modo de ocupação, o modo de relação de cada povo indígena com o seu território. É por isso que a nossa orientação é concluir a demarcação das terras indígenas que estão pendentes”, disse.

O coordenador do Centro de Trabalho Indigenista (CTI), Jaime Siqueira, informou que, em média, os processos de demarcação têm durado 20 anos no Brasil. Ele também destacou a correção dos estudos técnicos e antropológicos que fundamentam a delimitação das áreas indígenas.



DESAFIOS DA EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO NA REGIÃO AMAZÔNICA

Data: 23/05/2023

Requerimentos nº 27 e 31/2023, deputados **Célia Xakriabá (PSOL/MG)**, **Airton Faleiro (PT/PA)** e **Amom Mandel (CIDADANIA/AM)**

Expositores: **Francisco Ribeiro** - Presidente do Fórum de Reitores da Região Amazônica, da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior da Regional Norte (ANDIFESNORTE) e Reitor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará; **Emmanuel Tourinho** - Reitor da Universidade Federal do Pará; **Claudio Alex** - Reitor do Instituto Federal do Pará; **Aldenize Xavier** - Reitora da Universidade Federal do Oeste do Pará; **Gersem Luciano Baniwa** - Doutor em Antropologia Social e Professor do Departamento de Antropologia da UNB; **Denise Pires de Carvalho** - Secretária de Educação Superior do Ministério da Educação (SESU/MEC); **Raimunda Monteiro** - Secretaria-executiva Adjunta do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável da Secretaria de Relações Institucionais; **Rosângela Santos da Silva** - Pró-Reitora de Ensino do Instituto Federal do Amazonas; **Adriana Melo** - Secretária Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR); **André Luiz Nunes Zogahib** - Reitor da Universidade do Estado do Amazonas (UEA).



A proposta da audiência visou estabelecer um diálogo sobre os desafios e possibilidades das instituições de ensino superior público na Região Amazônica, tendo em vista o papel fundamental das universidades para o desenvolvimento das regiões e do país. Para os proponentes, as instituições públicas de ensino superior podem contribuir com pesquisa e extensão, e com cursos de graduação que dialoguem com a realidade onde está inserida e os desafios que apresentam a região Amazônica.

Discutiu-se sobre as potencialidades das universidades federais na Amazônia, região que tem características muito específicas e de uma diversidade cultural e biológica única, e que tem sido alvo de intensos debates internacionais em relação à preservação do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. Por isso, a inserção das universidades federais no processo de desenvolvimento regional é de extremo valor, e a audiência veio para somar e contribuir para mapear as possibilidades e os desafios.

André Zogahib, reitor da UEA, falou sobre desenvolvimento econômico e social, e a utilização de tecnologias para tentar superar os desafios para levar educação para todo o estado: “a educação no Amazonas é algo complicado, então temos pensado em maneiras de driblar esses desafios de forma contundente, por meio de iniciativas que envolvam o uso de tecnologias (ensino presencial e ensino à distância). E assim, desenvolver o estado por meio da educação”.



assista na íntegra

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO E O GARIMPO ILEGAL EM TERRAS INDÍGENAS

Data: 13/06/2023

Requerimento nº 13, deputado **Dorinaldo Malafaia (PDT/AP)**

Expositores: **Bruno Potiguara** - Diretor de Gestão Ambiental Territorial e Promoção ao Bem Viver Indígena do Ministério dos Povos Indígenas; **Rodrigo Augusto de Lima Medeiros** - Chefe de Projeto em Gestão Socioambiental e Povos e Comunidades Tradicionais do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; **Mauro Henrique Moreira Sousa** - Diretor-geral da Agência Nacional de Mineração; **Ricardo Moreira Peçanha** - Diretor de Relações Institucionais da Associação dos Servidores da Agência Nacional de Mineração; **Marcelo Nunes de Oliveira** - Coordenador-geral de Desenvolvimento Tecnológico e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia.



O deputado Dorinaldo Malafaia (PDT-AP) solicitou o debate por se preocupar com as constantes invasões de terras indígenas e todas as questões relacionadas ao que representa hoje a garimpagem e a mineração ilegal em terras que deveriam ser protegidas pelo Estado. “O Estado está acompanhando o processo de garimpagem e de mineração até que ponto? Qual é a estrutura das agências para executar a fiscalização e o acompanhamento desse tema com bastante seriedade? Não se pode apenas apagar incêndios quando as coisas já estão acontecendo ou já aconteceram, a exemplo da tragédia do caso ianomâmi, que muito nos assusta”, ponderou o deputado.

Soma-se a isso a precarização das estruturas da Agência Nacional de Mineração (ANM), que foi criada em 2017 para substituir o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e recebeu 17 novas competências sem nenhuma adequação da sua estrutura para suportar satisfatoriamente o volume de atribuições. "A presença de uma agência reguladora estruturada e atuante é primordial para dotar de segurança jurídica e aprimorar a sustentabilidade ambiental da mineração. Quanto mais robusta e fortalecida, maior é a fiscalização e o combate contra a mineração ilegal, em especial em terras de povos originários", ressaltou Dorinaldo.

O diretor geral da ANM, Mauro Sousa, defendeu a regulamentação da mineração em terras indígenas e a repressão ao garimpo ilegal. Segundo ele, a Constituição Federal de 1988 autoriza a mineração em terras indígenas, que ainda não foi regulamentada. Associada a essa questão, Sousa defendeu a urgência na demarcação dos territórios indígenas, também estabelecida da Constituição: “quanto mais tempo se leva para regularizar essas áreas, mais possibilidade de conflitos”.

Bruno Potiguara, do MPI, afirmou que, nos últimos anos, houve um enfraquecimento das leis ambientais e dos órgãos ambientais que estão nos territórios para fiscalizar. Disse que a lei não permite garimpo dentro de terra indígena, que há a necessidade de uma lei complementar (ainda não editada) para que isso seja permitido, mas mesmo assim isso já acontece no Brasil de uma forma bem gritante. Bruno complementou ainda que não basta retirar os garimpeiros, é preciso recuperar as áreas e pensar nos rios que estão poluídos e devastados. “É preciso pensar

na sobrevivência daquela população indígena que depende daquele ambiente. Temos sempre colocado a demanda de que é necessário alinhar, enquanto Agência Nacional de Mineração, enquanto Ministério do Meio Ambiente, enquanto MPI, para que possamos estar juntos, fortalecendo os territórios e garantindo que tenhamos essa maior segurança para quem está lá”.

Diante das contribuições dos palestrantes e do cenário apresentado, o presidente da audiência registrou os seguintes encaminhamentos: viabilizar plano de ação conjunta, com maior diálogo entre os órgãos e Ministérios envolvidos; averiguar os vetos 64/2022 e 5/2023, referentes a orçamento e estrutura para a ANM, e os possíveis desdobramentos; reestruturar as agências reguladoras por meio do projeto de lei conhecido como “PL do Ouro” (PL 3025/2023).



▶ assista na íntegra

SOCIOBIOECONOMIA, EQUILÍBRIO CLIMÁTICO E ALIMENTOS SAUDÁVEIS

Data: 20/06/2023

Requerimento nº 26, deputados **Airton Faleiro (PT/PA)**, **Dilvanda Faro (PT/PA)** e **Juliana Cardoso (PT/SP)**

Expositores

Gustavo Teixeira Lino - Coordenador-Geral de Programas Econômicos do Ministério do Planejamento e Orçamento; **José Ivanildo Gama Brilhante** - Diretor do Conselho Nacional das Populações Extrativistas; **Julio Salarini** - Gerente do Departamento de Meio Ambiente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); **Leosmar Terena** - Coordenador-geral de Promoção do Bem Viver Indígena do Ministério dos Povos Indígenas; **Rodrigo Augusto Lima de Medeiros** - Coordenador de Projetos da Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; **Sineia Wapichana** - Representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).



Nesta audiência, parlamentares e representantes do governo federal e das populações extrativistas identificaram caminhos para o financiamento da sociobioeconomia. O organizador da audiência pública, deputado Airton Faleiro (PT-PA), disse que a intenção é aproveitar oportunidades que tendem a se intensificar com a realização da Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP-30) no Brasil, em 2025. Faleiro deseja que o Estado brasileiro seja “indutor da nova economia” por meio de incentivos que virão da reforma tributária e de créditos públicos.

O BNDES vê potencial de US\$ 153 bilhões para o mercado da bioeconomia florestal no Brasil. Segundo o gerente de Meio Ambiente do banco, Júlio Salarini, um hectare de açaí pode render até sete vezes mais do que um hectare de soja, se for bem manejado. Salarini apresentou vários instrumentos já disponíveis no financiamento da bioeconomia, como os Fundos Amazônia, Socioambiental (FSA) e Floresta Viva.

O diretor do Conselho Nacional das Populações Extrativistas, José Ivanildo Brilhante, defendeu que os créditos bancários privilegiem o que chamou de “cesta de produtos” da biodiversidade. “Não precisa financiar açaí e castanha separadamente. É preciso crédito para que uma mesma família possa acessar açaí, castanha, taperebá, pequiá, mari, pescado... Se a gente sobrepõe pressão em um único produto, a gente vira commodity, a gente vira desequilíbrio para a natureza”. Segundo Ivanildo, o financiamento deve vir acompanhado de políticas públicas que garantam visibilidade, inclusão e fortalecimento territorial dos povos tradicionais.

Representante do Ministério do Meio Ambiente, Rodrigo de Medeiros ressaltou o potencial estratégico da sociobioeconomia para a segurança alimentar do País, mas também admitiu a necessidade de superação de desafios. “Estabelecer uma cadeia de valor que remunere, de maneira justa, os povos e comunidades tradicionais detentores desse conhecimento tradicional associado à biodiversidade”.

Dirigente da APIB, Sineia Wapichana citou os efeitos negativos das mudanças climáticas nos modos de vida e de produção dessas populações. “O que nós temos observado é que vários

dos peixes regionais já estão sumindo, várias plantas que a gente usa na medicina tradicional também. Recentemente, na Amazônia, estamos vendo alagações recorrentes que têm comprometido principalmente a questão alimentar”, lamentou.

Gustavo Lino, do Ministério do Planejamento, garantiu que o Plano Plurianual (PPA) - que orienta o orçamento da União até 2027 e está em fase de elaboração - terá recursos para o enfrentamento emergencial das mudanças climáticas. Segundo ele, a ideia é que o PPA já venha com marcadores de ações concretas de combate ao desmatamento, transição para economia de baixo carbono e fortalecimento da agricultura familiar e agroecologia.

O debate na Câmara fez parte da Virada Parlamentar Sustentável, organizada por entidades socioambientais ao longo deste mês.



assista na íntegra

O AGROINDÍGENA E SUA IMPORTÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR INDÍGENA

Data: 22/08/2023

Requerimento nº 34/2023, deputados **Silvia Waiãpi (PL/AP)**, **Airton Faleiro (PT/PA)** e **Defensor Stélio Dener (REPUBLICANOS/RR)**

Expositores: **Arnaldo Zunizakae** - Presidente da Cooperativa Agropecuária dos Povos Indígenas Haliti, Nambikwara e Manoki; **Kleber Karipuna** - Coordenador-executivo da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB); **Carlito Paresi** - Presidente da Cooperativa Agropecuária Indígena Rio Verde; **Bruno Potiguara** - Diretor do Departamento de Gestão Ambiental, Territorial e Promoção ao Bem Viver Indígena do Ministério dos Povos Indígenas; **Leosmar Terena** - Coordenador-geral de Promoção do Bem Viver Indígena do Ministério dos Povos Indígenas; **Luana Kumaruara** - doutoranda em Sociologia Indígena e Antropóloga pela Universidade Federal do Pará; **Luciene Kayabi** - representante do Agroindígena; **Terezinha Aparecida Borges Dias** - pesquisadora da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia; **Alberto Brazão Goes** - representante do Agro Yanomami; **Edinaldo Zozoizokemae** - Presidente da Cooperativa dos Produtores Rurais da Cultura Mecanizada da etnia Paresi; **Patricia Melo** - Assessora da Secretaria de Territórios e Sistemas Produtivos de Povos e Comunidades Tradicionais do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; **José Augusto Lopes Pereira** - Coordenador-geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento da FUNAI; **Marcelo Pereira** - Presidente do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Roraima.



assista na íntegra



imagem: divulgação Câmara



imagem: divulgação Câmara

A Presidenta da Comissão, Célia Xakriabá (PSOL/MG), iniciou a audiência mencionando a incompatibilidade do desenvolvimento da agricultura em grande escala com a preservação dos territórios indígenas e defendeu a bioeconomia e a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), que prevê o uso sustentável dos recursos naturais. Alguns deputados presentes contra-argumentaram que a vontade dos indígenas é produzir nas áreas que vivem, defendendo também a mineração e utilização expansiva dos recursos naturais existentes nos territórios. A Deputada Célia finalizou compartilhando a reflexão de que acredita que o termo “agroindígena” é dicotômico, pois, na visão de grande parte do chamado ‘movimento indígena’, o agronegócio seria um vilão com interesses pessoais nos territórios indígenas. A solução seria então, segundo a deputada, a produção sustentável de alimentos por meio da agricultura familiar, intitulando-se “agricultura indígena”, evitando conflitos conceituais e divisão entre os povos devido aos termos empregados. Conforme a deputada, os povos indígenas não são contra o agronegócio, mas sim o agronegócio que estaria contra os povos indígenas e seus modos de vida tradicionais.

AUXÍLIO EMERGENCIAL PARA SITUAÇÕES DECORRENTES DE SECAS E ENCHENTES

Data: 29/08/2023

Requerimento nº 36/2023, deputados **Célia Xakriabá (PSOL/MG)** e **Airton Faleiro (PT/PA)**

Expositores: **Maria de Jesus** - representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST/CE; **Gabriel Mantelli** - representante da entidade Conectas Direitos Humanos; **Gisele Brito** - representante do Instituto de Referência Negra Peregum; **Igor Travassos** - porta-voz do Greenpeace Brasil e representante do observatório do clima; **Lídia Lins Assumpção** - representante da Coalizão Negra por Direitos.



imagem: divulgação Câmara

A referida audiência pública foi solicitada com o intuito de pensar coletivamente em políticas públicas para a criação de um programa social a ser acionado todas as vezes que cidadãos brasileiros forem afetados por secas ou enchentes. Além disso, creu-se que tal audiência poderia colaborar para a promoção dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável no Brasil.

A deputada Talíria Petrone (PSOL/RJ) descreveu o momento dramático de extremos climáticos que temos vivido no Brasil e no mundo, como também suas consequências, a exemplo das enchentes na Bahia, em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. Destacou também os casos de deslizamentos nas favelas do RJ, que atingem as casas das mulheres negras, que são mães e, conseqüentemente, afetam extremamente aquela família, bem como o desequilíbrio acarretado na produção de alimentos no campo, quando famílias passam a ter a fome agudizada. Relembrou o cenário vivido pelo país nos anos passados, de desmonte de políticas públicas ambientais, recordes de desmatamento e os dados recentes sobre a fome e insegurança alimentar no país. A parlamentar alertou também para a necessidade de evidenciar como esse cenário do aquecimento global chega bruscamente às favelas e periferias, atingindo diretamente as mulheres do campo, dos mares, das águas e das florestas.

Os principais encaminhamentos as audiência foram: discutir a proposta do PL em duas vertentes – a assistência emergencial e adaptação/mitigação; instituir um grupo para propor alterações no projeto de lei, diante das contribuições apresentadas no debate; analisar a execução e a aplicação de legislações existentes para detectar lacunas e possíveis iniciativas legislativas.



▶ assista na íntegra

CAMPANHA CONTRA VIOLÊNCIA NO CAMPO

Data: 31/08/2023

Requerimento nº 56/2023, deputados **Célia Xakriabá (PSOL/MG)** e **Airton Faleiro (PT/PA)**

Expositores: **Tales dos Santos Pinto** - representante da Comissão Pastoral da Terra; **Dom Ionilton** - representante da Campanha contra a Violência no Campo; **Luiz Ventura** - representante do Conselho Indigenista Missionário; **Marta Barriga** - representante Violência contra a mulher no campo; **Dinaman Tuxá** - Coordenador-executivo da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB); **Ana Luisa Zago** - representante do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; **Ana Lúcia Rocha Souza** - representante Violência na luta por terra.



imagem: André Guajajara

A referida audiência pública foi solicitada pelos autores para discutir as denúncias de violência no campo e visibilizar as cobranças das entidades da sociedade civil ao Estado, para que se cumpram os direitos desses povos.

Os dados do Caderno de Conflitos no Campo de 2022 apontaram o crescimento nos conflitos e assassinatos no campo no Brasil. Foram registrados 2.018 conflitos, envolvendo 909.450 pessoas. Destes, 47 pessoas foram assassinadas, 123 pessoas sofreram tentativas de assassinatos e houve 206 ameaças de morte. Na série histórica de 10 anos (2013-2022) registrou-se, por meio desse estudo, que 28% dos assassinatos foram precedidos de ameaças anteriores contra as vítimas. Portanto, seriam mortes que poderiam ter sido evitadas por uma política efetiva de proteção de defensores/as de direitos humanos.

Ao fim das discussões e contribuições dos palestrantes, a Presidenta registrou alguns encaminhamentos como a constituição de grupo de trabalho com o Ministério de Direitos Humanos e com o Ministério da Justiça para realizarem campanha sobre a violência no campo, aprovar no Congresso Nacional políticas de proteção não só às vítimas, mas também às famílias das pessoas envolvidas e promover a ampliação da lei de rastreabilidade internacional e incentivar a rastreabilidade de produtos sensíveis ao monitoramento da preservação ambiental.



▶ assista na íntegra

DIA DA MEDICINA TRADICIONAL AFRICANA

Data: 31/08/2023

Requerimento nº 63/2023, deputado **Chico Alencar (PSOL/RJ)**

Expositores: **Rafael Dall'Alba** - consultor da Organização Pan-Americana da Saúde em Medicinas Tradicionais Complementares e Integrativas; **Marcos Moreira** - representante do Departamento de Prevenção e Promoção da Saúde do Ministério da Saúde; **João Paulo Lima Barreto** - ativista indígena do povo Ye'pamahsã (Tukano), Antropólogo e Professor na Universidade Federal do Amazonas (UFAM); **Tata Nguzetala** - liderança tradicional, agente e líder social, escritor, comunicador e produtor cultural; **Eliene dos Santos Rodrigues Putira Sacuena** - liderança indígena do povo Baré, Articulação Brasileira de Indígenas Antropólogos (ABIA) e Assessora da Associação dos Povos Indígenas da UFPA; **Cintia Maria Santana da Silva (Cintia Guajajara)** - Vice-coordenadora da Articulação das Mulheres Indígenas do Maranhão (AMIMA), Conselheira da União das Mulheres Indígenas da Amazônia (UMIAB) e Coordenadora das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA); **David Quiñónez Ayoví** - Coordenador da União Nacional de Organizações e Comunidades Afroamericanas; **Regina Barros Goulart Nogueira (Kota Molangi)** - ativista e autoridade tradicional do Povo Bantu.



imagem: divulgação Câmara



Imagem: Clarice Nader



A referida audiência pública foi solicitada com fundamento na celebração do Dia da Medicina Tradicional Africana e debater sobre o papel fundamental que essa medicina desempenha no Brasil.

Dia 31 de agosto é reconhecido como o Dia da Medicina Tradicional Africana. A Organização Mundial da Saúde salienta que essa data foi instaurada no ano de 2003 e que, desde a sua instituição, o continente africano tem assistido à implementação das Estratégias Regionais da OMS (2001-2013 e 2013-2023) referentes à promoção e ao reforço do papel da medicina tradicional nos sistemas de saúde. O sistema de medicina tradicional africano é composto de três partes essenciais: a substância medicinal ativa, as forças espirituais e o espírito humano.



assista na íntegra

CERRADO E A CAATINGA ENTRE OS BENS DO PATRIMÔNIO NACIONAL

Data: 12/09/2023

Requerimento nº 58/2023, deputados **Célia Xakriabá (PSOL/MG)** e **Airton Faleiro (PT/PA)**

Expositores: **Lourdes Laureano** - representante da Campanha Nacional em Defesa do Cerrado; **Silvanete Benedito de Sousa Lermen** - representante dos povos da Caatinga; **Paulo Pedro de Carvalho** - representante da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA); **Ro'otsitsina Juruna** - representante dos povos do Cerrado e do povo Xavante; **Alexandre Henrique Bezerra Pires** - representante do Departamento de Combate à Desertificação do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas; **Maria de Lourdes** - Presidenta da Rede Cerrado; **Sílvio Isoppo Porto** - representante da Diretoria de Política Agrícola e Informações do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.



imagem: divulgação Câmara



imagem: divulgação Câmara

Essa audiência pública foi justificada como para propiciar espaço de acolhimento e escuta de lideranças de comunidades tradicionais e organizações de ambos os biomas, para explicitar que a defesa dos territórios do Cerrado e da Caatinga é indissociável a uma defesa da vida, bem

como do enfrentamento de desigualdades e das adversidades decorrentes das mudanças climáticas.

Na ocasião os parlamentares presentes suscitaram pontos importantes, como a necessidade de destaque para a revisão na Lei de Proteção da Vegetação Nativa (Código Florestal), a alteração na legislação relativa ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), o aumento das áreas de conservação e de proteção ambiental do Cerrado, o fortalecimento de agroflorestas, áreas de extrativistas, biomas, bem como dos povos e comunidades tradicionais que habitam esses locais. A discussão ainda continuou em torno da defesa do reconhecimento, titularização e execução de políticas públicas para aprimoramento da economia popular solidária e do modelo agroflorestal.

Todos os parlamentares, unanimemente, reforçaram a importância da PEC 504/2010 e a necessidade desta ser aprovada para que o Cerrado e a Caatinga sejam incluídos entre os biomas considerados Patrimônio Nacional.



▶ assista na íntegra

CONSTRUÇÃO DA PONTE BINACIONAL BRASIL-BOLÍVIA

Data: 14/09/2023

Requerimento nº 55/2023, deputados **Coronel Chrisóstomo (PL/RO)** e **Elcione Barbalho (MDB/PA)**

Expositores: **Miguel de Souza** - Ex-Deputado Federal do estado de Rondônia, engenheiro e ex-Presidente da Federação das Indústrias do estado de Rondônia (FIERO); **André Lima dos Santos** - Superintendente Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) em Rondônia; **Gilberto Baptista** - FIERO; **Jorge Chávez** - Jornalista.



imagem: divulgação Câmara

A audiência pública propiciou o debate sobre a construção da Ponte Binacional Brasil-Bolívia, além de ter discutido os interesses das populações das cidades fronteiriças e as medidas estruturais que precisam ser adotadas.

Em 2014, o projeto foi efetuado com custo estimado em R\$ 135 milhões. O DNIT estimou que a licitação dessa obra ocorrerá em 2024, mas com um gasto previsto superior a R\$ 300 milhões. A ponte tem como objetivo ligar Guará-Mirim (RO) e Guayaramerín (Bolívia). Essa obra é de fundamental importância para a exportação de produtos das regiões Norte e Sudeste do Brasil para Bolívia, Peru e Chile. Facilitaria, também, a saída de mercadorias pelo Oceano Pacífico.

O Deputado Coronel Chrisóstomo firmou compromisso de realizar uma audiência em Guará-Mirim com intuito de promover o avanço nas tratativas para construção da ponte. O senhor Miguel Souza sugeriu que esse assunto fosse incluído na pauta da reunião entre Brasil e Bolívia, prevista para ocorrer no mês de setembro de 2023.



▶ assista na íntegra

IMPACTOS DO MARCO TEMPORAL NA VIDA DAS MULHERES INDÍGENAS E NOS BIOMAS BRASILEIROS

Data: 19/09/2023

Requerimento nº 47/2023, deputada **Célia Xakriabá (PSOL/MG)**

Expositores: **Jaque Aranduha** - liderança do Povo Guarani e Kaiowá; **Simone Karipuna** - representante de saúde indígena no estado do Amapá; **Joenia Wapichana** - Presidenta da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI); **Joziléia Kaingang** - Secretária de Articulação e Promoção de Direitos Indígenas do Ministério dos Povos Indígenas; **Braulina Baniwa** - Diretora-executiva da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA); **Carmem Pankararu** - Diretora no Ministério da Saúde; **Rodrigo Augusto Lima de Medeiros** - Chefe de Projeto da Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; **Shirley Krenak** - representante da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA); **Watatakalu Yawalapiti** - representante da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA)



imagem: André Guajajara

A audiência pública debateu a tese do marco temporal da demarcação das terras indígenas e as consequências nas vidas das mulheres indígenas e nos biomas brasileiros em razão da aprovação do Projeto de Lei n. 2903/2023, enumerado na Câmara dos Deputados como PL 490/2007.

Dessa forma, foi de fundamental relevância promover a discussão dos impactos à sociobiodiversidade do país, dos efeitos sobre quem ocupa os territórios atingidos pela disputa de terra e sob a ótica das “mulheres-biomas”. Assim, houve o aprofundamento da temática, em especial para as mulheres indígenas, protetoras dos biomas brasileiros, que demonstraram preocupação com esse PL e as possíveis consequências para a Mãe Terra.

A senhora Braulina Baniwa, durante sua exposição, solicitou que ficasse registrado em ata que os corpos das mulheres e dos povos indígenas não tinham importância para o Estado e também para os deputados, demonstrando, assim, como essas pessoas são tratadas pelo Estado brasileiro.

No ano de 2023, o PL 490/2007 foi aprovado na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, como PL 2903/2023, além de terem sido rejeitados pelo Congresso Nacional diversos vetos presidenciais dessa proposição. Cabe esclarecer, ainda, que tais manifestações do Congresso ocorreram mesmo após o Supremo Tribunal Federal posicionar-se contra a tese do marco temporal para a demarcação de terras indígenas.



assista na íntegra

REGULAMENTAÇÃO DO MERCADO DE CARBONO

Data: 03/10/2023

Requerimento nº 72/2023, deputados **Airton Faleiro (PT/PA)** e **Defensor Stélio Dener (Republicanos/RR)**

Expositores: **Mary Allegretti** - Presidente do Instituto de Estudos Amazônicos (IEA); **Júlio Barbosa** - Presidente do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS); **Kleber Karipuna** - Coordenador-executivo da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB); **Beatriz Soares** - Coordenadora-geral da Secretaria de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; **Leandro Gomes Cardoso** - representante do Departamento de Políticas de Mitigação, Adaptação e Instrumentos de Implementação do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; **Natalie Unterstell** - Presidente do Instituto Talanoa; **Pedro Guilherme Kraus** - CEO da Lux Carbon Standard.



A audiência pública se propôs a discutir aspectos técnicos e, sobretudo, éticos sobre a regulamentação do mercado de créditos de carbono e a redução das emissões de gases causadores de efeito estufa (GEE). Ademais, foi amplamente debatido como os povos indígenas e os povos e comunidades tradicionais podem ser impactados por esse tipo de comércio.

Na ocasião do debate, o Projeto de Lei n. 412/2022, que abordava a temática, estava em tramitação no Senado Federal e, então, o Deputado Airton Faleiro firmou o compromisso de reunir as principais sugestões decorrentes do debate para encaminhá-las à relatora, Senadora Leila Barros.

Dentre as contribuições, a recomendação de garantir a participação e a anuência das entidades representativas dos povos indígenas e dos povos e comunidades tradicionais na comercialização dos créditos de carbono foi unânime entre os palestrantes presentes.

Em 21/12/2023, o PL 412/2022 se tornou prejudicado em face da aprovação da Subemenda Substitutiva Global ao PL 2148/2015, que, na próxima sessão legislativa ordinária, será encaminhado para o Senado Federal, para discussão e deliberação dessa matéria.



▶ assista na íntegra

COP 28 E PROTEÇÃO DOS BIOMAS BRASILEIROS

Data: 24/10/2023

Requerimento nº 64/2023, deputados **Célia Xakriabá (PSOL/MG)**, **Túlio Gadelha (REDE/PE)**, **Airton Faleiro (PT/PA)**, **Professora Luciene Cavalcante (PSOL/SP)**

Expositores: **Suliete Baré** - Diretora de Justiça Climática da Secretaria de Gestão Ambiental e Territorial Indígena do Ministério dos Povos Indígenas, engenheira florestal e doutoranda em Direitos Humanos e Cidadania pela Universidade de Brasília; **Cristiane Julião Pankararu** - Mestra e doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; **Eriki Terena** - Biólogo, Professor, bacharelado em Direito pela Universidade de Mato Grosso do Sul, membro do Conselho do Povo Terena; **Luciana Vanni Gatti** - Pesquisadora do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; **Daniel Azeredo** - Procurador da República; **Carlos Bocuhy** - Presidente do Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental.



A audiência pública discutiu a proteção dos biomas brasileiros e de suas comunidades tradicionais frente às intensas mudanças climáticas e próximo à realização da COP 28 (*Conference of the Parties*).

O debate se fez necessário em razão do momento de emergência climática e da degradação da Floresta Amazônica, da Mata Atlântica, da Caatinga, do Pampa, do Pantanal e do Cerrado, bem como diante da ameaça “do ponto de não retorno da Amazônia”. Assim, o evento propiciou a discussão da temática e de medidas efetivas para a proteção do meio ambiente e das comunidades envolvidas.

A deputada Professora Luciene Cavalcante comunicou que seria produzido relatório para ser encaminhado aos órgãos envolvidos, devido à transversalidade do tema e à necessidade de elaboração de diferentes políticas públicas para tratar da matéria.

O evento em Dubai tratou, pela primeira vez de forma explícita, do tema de combustíveis fósseis, estabelecendo objetivos globais para a transformação de sistemas energéticos rumo à neutralidade climática até 2050.



▶ assista na íntegra

TRATAMENTO DE POVOS INDÍGENAS NO CONTEXTO DE ENCARCERAMENTO

Data: 07/11/2023

Requerimento nº 48/2023, deputados **Célia Xakriabá (PSOL/MG)** e **Airton Faleiro (PT/PA)**

Expositores: **Aléssia Bertuleza Tuxá** - Defensora Pública da Bahia e Coordenadora do Grupo de Trabalho sobre Igualdade Étnica (Povos Indígenas); **Daniele de Souza Osório** - Defensora Pública da União (MS) e Coordenadora do Grupo de Trabalho Povos Indígenas; **Firmiane Venâncio** - Defensora Pública-Geral na Bahia; **Viviane Balbuglio** - Representante do Instituto das Irmãs da Santa Cruz e do Conselho Indigenista Missionário; **Andrey Cordeiro Ferreira** - Vice-coordenador do Comitê Laudos Antropológicos da Associação Brasileira de Antropologia; **Caíque Ribeiro Galicia** - Assessor da Secretaria do Ministério dos Povos Indígenas; **Ana Livia Fontes da Silva** - Coordenadora Nacional de Assistência Social da Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN) do Ministério da Justiça e Segurança Pública; **Felipe Kamaroski** - Representante da Associação Brasileira de Antropologia (ABA).



A audiência pública teve por objetivo debater o tratamento dispensado aos povos indígenas dentro do sistema prisional brasileiro e apontar as diversas violações de direitos humanos recorrentemente cometidas e denunciadas.

Dentre as inúmeras problemáticas levantadas, destacou-se a ausência de intérpretes de língua indígena nos julgamentos e em procedimentos investigatórios, inviabilizando, assim, a plena compreensão do rito processual. Também foi mencionado o fenômeno da descaracterização étnica, que consiste na negação do direito à autoidentificação como “indígena” e o conseqüente registro como “pardo” e, dessa forma, a desconsideração dos direitos garantidos constitucionalmente.

A Deputada Célia Xakriabá encaminhou que seja instituída, por meio de consulta pública, uma legislação específica para abordar as questões indígenas frente ao sistema carcerário brasileiro. Também mencionou a importância da escuta dos povos indígenas para elaborar esses normativos legais. A senhora Viviane Balbuglio sugeriu que as políticas públicas sejam elaboradas com previsão de dotação orçamentária para inclusão de despesas com laudos antropológicos e intérpretes, pois essas medidas são primordiais para a defesa do indígena.

Outras medidas foram indicadas como, por exemplo, a reestruturação da Justiça com respeito às peculiaridades da América Latina e dos povos indígenas, a participação da Defensoria Pública no maior número possível de comarcas, diálogo com os estados para que, além do repasse dos recursos financeiros, sejam edificadas políticas públicas e garantida a dignidade da pessoa humana durante o cumprimento da pena.



assista na íntegra

POLÍTICA NACIONAL DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DE TERRAS INDÍGENAS (PNGATI)

Data: 09/11/2023

Requerimento nº 81/2023, deputados **Célia Xakriabá (PSOL/MG)**, **Dilvanda Faro (PT/PA)**, **Defensor Stélio Dener (Republicanos/RR)**, **Chico Alencar (PSOL/RJ)**, **Amom Mandel (CIDADANIA/AM)**, **Dorinaldo Malafaia (PDT/AP)** e **Juliana Cardoso (PDT/SP)**

Expositores: **Bruno Potiguara** - Diretor de Gestão Ambiental, Territorial e Promoção ao Bem Viver Indígena do Ministério dos Povos Indígenas; **Luiz Francisco Ditzel Faraco** - Coordenador-geral de Gestão Socioambiental/ICMBio; **Patrícia Melo Yamamoto** - Ministério do Desenvolvimento Agrário; **Kleber Karipuna** - Coordenador-executivo da Articulação dos Povos Indígenas (APIB); **Marciely Tupari** - representante da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB); **Lucas Grisolia** - CGGAM - Coordenação Geral de Gestão Ambiental (FUNAI)



imagem: divulgação Câmara



▶ assista na íntegra

A PNGATI foi instituída pelo Decreto 7.742/12, mas a ideia é torná-la lei, para que tenha sua efetividade garantida. O Projeto de Lei (PL 4347/2021) está sendo examinado pela Comissão de Meio Ambiente e, após apreciado por lá, virá para a CPOVOS.

Luiz Francisco Faraco, do ICMBio, destacou a importância da proposta para a gestão das unidades de conservação. "Além de estarem protegidas como terras indígenas, também terão uma camada adicional de proteção por serem parques nacionais e outras categorias de unidades de conservação", ressaltou. O coordenador da Articulação dos Povos Indígenas no Brasil, Kleber Karipuna, salientou o caráter transversal da política, que engloba vários ministérios, mas constatou que não está sendo dada a devida atenção orçamentária a ela. "Precisamos que o governo entenda que a política é de Estado e precisa dispor dos recursos necessários para sua implementação", ressaltou.

A necessidade de orçamento específico para o programa, com previsão, por exemplo, no Plano Plurianual, também fez parte dos encaminhamentos da audiência pública explicitados pela presidente, deputada Célia Xakriabá (Psol-MG). "Alocar recursos específicos do PPA, com linhas orçamentárias definidas, em volume suficiente para atender a necessidade de sua implementação", completou. Célia também sugeriu o reconhecimento e a regulamentação dos agentes ambientais indígenas e a articulação do programa de gestão territorial com a Política de Educação Escolar Indígena e de Atendimento à Saúde Indígena, "fortalecendo os princípios da sustentabilidade com recursos orçamentários compatíveis com a necessidade das comunidades".

Lucas Grisolia, da Funai, acrescentou que algumas fontes de financiamento, como o Fundo Amazônia e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, já foram utilizadas desde a criação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas, mas defendeu a criação de um fundo específico para garantir a implementação da política.

AMPLIAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO VIRUÁ EM RORAIMA

Data: 21/11/2023

Requerimento nº 70/2023, deputados **Defensor Stélio Dener (Republicanos/RR)** e **Gabriel Mota (Republicanos/RR)**

Expositores: **Bernardo Ferreira Alves de Brito** - Coordenador de Criação de Unidade de Conservação/ICMBio; **Eliane Cerqueira Silva Santos** - Presidente da Associação Agrifarma da Vicinal 2 do Município Alto Alegre/RR; **Célia Aguiar** - Presidente da Associação da Comunidade e Agricultores Familiares de Petrolina-RR.



A Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais da Câmara dos Deputados realizou audiência pública para debater a situação dos agricultores que podem ser afetados pela ampliação do Parque Nacional do Viruá, localizado em Caracaraí (RR). O autor do requerimento para a realização da audiência foi o deputado Defensor Stélio Dener (Republicanos/RR), no qual fundamentou a audiência por se tratar "de uma região onde já estão alocadas dezenas de famílias de pequenos agricultores que executam atividades agrícolas há anos". Dener acrescenta que na área "existem estradas vicinais, pontes, acesso a energia elétrica e produção agrícola ativa que abastece o mercado local, inclusive na pesca".



▶ assista na íntegra

IMPACTO DAS LINHAS DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA EM TERRITÓRIO INDÍGENA

Data: 12/12/2023

Requerimento nº 88/2023, deputados **Paulo Guedes (PT/MG)**, **Célia Xakriabá (PSOL/MG)** e **Juliana Cardoso (PDT/SP)**

Expositores: **Clarice Veloso** - Coordenadora-geral Ambiental de Empreendimentos Lineares Terrestres do IBAMA; **Diogo Caiafa Faria** - Coordenador de Acompanhamento de Impactos Socioambientais do Ministério dos Povos Indígenas; **Domingos Romeu Andreatta** - Diretor de Engenharia Aplicada da Eletrobrás; **Gideon Windsor Bush Miranda da Silva** - Jurisconsulto; **Julia de Paiva Pereira Leão** - Coordenadora do Licenciamento Ambiental da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI); **Pedro Villela Capanema Garcia** - Gerente Executivo de Responsabilidade Social da Eletrobrás; **Rita Alves Silva** - Coordenadora-geral de Políticas Ambientais dos Setores Energéticos e Mineral do Ministério de Minas e Energia.



Considerando a importância da preservação do meio ambiente e dos direitos das comunidades indígenas, justificou-se a realização de uma audiência pública para discutir os impactos socioambientais decorrentes da instalação de linhas de transmissão em territórios indígenas na Amazônia.

A Amazônia é uma das maiores reservas de biodiversidade do planeta e possui uma rica diversidade cultural, abrigando diversas comunidades indígenas que têm suas vidas e culturas profundamente ligadas ao meio ambiente. A instalação de linhas de transmissão nessas áreas pode trazer consequências negativas tanto para o ecossistema quanto para os povos indígenas que habitam essas regiões.

É fundamental debater o assunto de forma ampla e aprofundada, considerando os diversos aspectos envolvidos. Os impactos socioambientais podem abranger desde a destruição de áreas naturais, como florestas e rios, até a violação dos direitos e costumes das comunidades indígenas, resultando em perda de território, conflitos socioambientais e até a ameaça da cultura e identidade desses povos.

A realização da audiência pública proporcionou um espaço adequado para a exposição de diferentes perspectivas e experiências relacionadas a esse cenário. Foi uma oportunidade para discutir possíveis alternativas, envolvendo as próprias comunidades indígenas, a fim de encontrar soluções sustentáveis que respeitem os direitos dos povos tradicionais, preservem a biodiversidade e assegurem o desenvolvimento energético de forma responsável e equilibrada.



▶ assista na íntegra

UNIVERSIDADE INDÍGENA E POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA A EDUCAÇÃO

Data: 14/12/2023

Requerimento nº 52/2023, deputada **Célia Xakriabá (PSOL/MG)**

Expositores: **Alberto Terena** - Coordenador-executivo da Articulação dos Povos Indígenas (APIB); **Arlindo Alemão Gregório** - Presidente da União Plurinacional dos Estudantes indígenas; **Gersen Baniwa** - Coordenação do Fórum Nacional da Educação Escolar Indígena (FNEEI); **Lucia Alberta** - Diretora de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI); **Rosilene Cruz De Araújo** - Secretária de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação



Representantes de povos indígenas debateram na Câmara a criação de uma universidade própria e políticas educacionais voltadas para os povos originários.

A secretária de Educação Continuada, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação, Rosilene Cruz de Araújo Tuxá, disse que um grupo de trabalho vai apresentar uma proposta sobre a nova instituição, que passará por consulta pública junto as comunidades indígenas. A representante do MEC ressaltou a importância da participação dos povos na elaboração do projeto: “é importante que os professores indígenas participem desse processo de construção. Precisa ser um processo de construção coletiva, porque nós, povos indígenas, precisamos dizer que universidade nós queremos, qual é a nossa necessidade, qual é o nosso desafio com essa universidade”, disse Tuxá.

O coordenador do Fórum Nacional da Educação Escolar Indígena, Gersen Baniwa, defendeu que, na sociedade complexa atual, a educação escolar é fundamental para o futuro indígena: “temos desafios gigantescos, complexos demais para apenas contar com nossas tradições. Nossas tradições são extremamente importantes, são a nossa base de existência, de identidade, de valor, isso é a nossa base. Agora, para enfrentar um mundo complexo como o de hoje, globalizado, em termos de capitalismo, neoliberalismo, esse mundo complexo da política de um modo geral, é necessário também uma boa compreensão desse mundo do ponto de vista político, cultural intelectual, científico, técnico, tecnológico, e isso é a educação escolar que nos oferece”, afirmou.



▶ assista na íntegra

SEMINÁRIOS



1º SEMINÁRIO DOS POVOS ORIGINÁRIOS NO CONGRESSO NACIONAL

Data: 27/04/2023

Requerimento nº 8/2023, deputada **Célia Xakriabá (PSOL/MG)**

Expositores da 1ª Mesa, intitulada “Reflorestar o Parlamento: Projetos de Lei que impactam as vidas indígenas”: **Cacique Raoni Metuktire** - liderança indígena Mebêngôkré Kayapó (MT); **Samara Pataxó** - Assessora de Inclusão e Diversidade do Tribunal Superior Eleitoral (TSE); **Roberta Amanajás** - representante do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP); **Adriana Ramos** - representante do Programa de Política e Direito Socioambiental do Instituto Socioambiental (ISA); **Maíra Pankararu** - Assessora Jurídica do mandato da Deputada Célia Xakriabá; **Nataly Munarini** - Assessora Jurídica da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).

Expositores da 2ª Mesa, intitulada “A aliança dos biomas: da Amazônia ao Pampa”: **Ângela Mendes** - Presidenta do Comitê Chico Mendes; **Ivaneide Bandeira** - representante da Associação Kanindé (RO); **Vera Olinda** - representante da Comissão Pró-Índio do Acre; **Txai Surui** - liderança jovem do povo indígena Paiter Surui (RO); **Daiara Tukano** - Mestre em Direitos Humanos e artista indígena; **Joaquim Paulo de Lima Kaxinawá** - Doutor em Linguística pela Universidade de Brasília; **Claudia de Pinho** - Diretora de Gestão Socioambiental e Povos e Comunidades Tradicionais do Ministério do Meio Ambiente; **Ivanildo Brilhante** - Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS); **Terri Aquino** - Antropólogo.



A PATAXÓ

CELIA
PRESIDENTE

ANTONIO
PRESIDENTE

Este seminário teve a finalidade de propiciar à sociedade em geral e aos parlamentares da Casa o acesso à atualidade dos debates da pauta indígena, a partir dos relatos de representantes dos diversos povos originários que estavam em Brasília naquela oportunidade por ocasião da realização do 19º ATL, Acampamento Terra Livre. A partir disso, a expectativa é que se estabeleçam diálogos legislativos e que haja o comprometimento dos deputados e senadores presentes com a defesa dos direitos dos povos indígenas. Espera-se que este seminário seja realizado anualmente pela CPOVOS.

O evento, solicitado pela deputada Célia Xakriabá (Psol-MG), ocorreu no contexto da 19ª edição do Acampamento Terra Livre (ATL), que reúne até a sexta-feira (28), em Brasília, diversas etnias e organizações indígenas e indigenistas. No seminário, foram realizadas duas mesas-redondas com a presença de lideranças dos povos indígenas e representantes da sociedade civil ligados à questão. A primeira delas teve como tema projetos de lei que impactam as vidas indígenas. A segunda, abordou a aliança dos povos do norte ao sul do País.

SEMINÁRIO: EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO NO PARÁ

Data: 18/08/2023

Requerimento nº 50/2023, deputado **Airton Faleiro (PT/PA)**

Expositores: **Marcelo Alves** - Vereador de Marabá, representando o Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal de Marabá; **Dirceu Ten Caten** - Deputado Estadual; **Tião Miranda** - Prefeito de Marabá; **Adriana Andrade de Oliveira** - Prefeita de Rondon do Pará; **Prof. Dr. Francisco Ribeiro da Costa** - Reitor da Unifesspa; **Delcimar de Sousa Viana** - Superintendente do Ministério da Saúde no Pará; **Prof. Dra. Maria Suely Ferreira Gomes** - Diretora Geral do Instituto Federal de Marabá, Campus Rural; **Igor Segóvia de Melo** - representante do Ministério da Educação; **Dom Vital Corbeline** - Bispo diocesano de Marabá.

SEMINÁRIO: HISTÓRIA DO POVO GUARANI: RESISTÊNCIA PARA EXISTÊNCIA

Data: 28/08/2023

Requerimento nº 45 e 46/2023, deputados **Célia Xakriabá (PSOL/MG)**, **Juliana Cardoso (PT/SP)**, **Dorinaldo Malafaia (PDT/AP)** e **Professora Luciene Cavalcante (PSOL/SP)**

Local: Assembleia Legislativa de São Paulo - ALESP

Expositores: **Sônia Guajajara** - Ministra de Estado dos Povos Indígenas do Brasil; **Cacique Maria** - liderança do Povo Guarani-Mbya; **Cacique Márcio** - liderança do Povo Guarani-Mbya; **Kerexu Yxapiry** - Secretária de Direitos Ambientais e Territoriais Indígenas do Ministério dos Povos Indígenas; **Lucia Alberta** - Diretora de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI); **Carlos Giannazi** - Deputado Estadual (PSOL/SP); **Celso Giannazi** - Vereador (PSOL/SP).

O pedido de audiência foi fundamentado na busca da promoção do debate focalizando a situação do Povo Guarani Mbya, da Terra Indígena Jaraguá em São Paulo, debatendo os desafios da perpetuação da cultura dos povos originários e da demarcação de terras tradicionais diante da falta de compreensão por parte de autoridades governamentais.

Os principais encaminhamentos advindos das solicitações expostas pela comunidade foram para ações de reflorestamento do território, soluções para as necessidades em saneamento básico, a demarcação das terras tradicionais do Povo Guarani-Mbya em São Paulo e projetos de moradia específica para a comunidade indígena.

SEMINÁRIO: TERRITÓRIO, SAÚDE E EDUCAÇÃO E PROCESSO DE RETOMADA DE DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS NA ATUALIDADE

Data: 05/09/2023

Requerimento nº 57/2023, deputados Célia Xakriabá (PSOL/MG) e Airton Faleiro (PT/AP)

Local: Aldeia Caraiba, Terra indígena Xakriabá

Expositores: **Domingos Xakriabá** - Cacique do povo Xakriabá/MG; **João Batista Xakriabá** - Cacique do povo Xakriabá/MG; **Agenor Xakriabá** - Cacique do povo Xakriabá/MG; **Santo Xakriabá** - Cacique do povo Xakriabá/MG; **Maria Aparecida Xakriabá** - Diretora da escola indígena Xukurank; **Fernando Xakriabá** - Presidente do conselho de saúde local; **Marciel Xakriabá** - Coordenador do polo Base/SESAI; **Douglas Krenak** - Coordenador regional de Minas Gerais e Espírito Santo/FUNAI; **Dr. Hélder Magno** - Procurador Regional dos Direitos do Cidadão-MPF; **Bela Gonçalves** - Deputada Estadual (PSOL/MG); **Macaé Evaristo** - Deputada Estadual (PT/MG); **Leninha** - Deputada Estadual (PT/MG); **Tenente Mendes** - Policia Militar de Minas Gerais/PMMG; **Vagney Xakriabá** - Coordenador técnico Local/FUNAI; **Jair Xakriabá** - Prefeito de São João das Missões/MG; **Miguel Sergio** - Assessor da prefeitura de Itacarambi/MG; **Haroldo**

Heleno - Conselho indigenista Missionário-CIMI LESTE; **Maria Emília Silva** - coordenadora do PPDDH-MG; **Daiane** - ICMBIO; **Renaldinho** - Vereador de Itacarambi/MG



imagem: André Guajajara

O seminário teve a finalidade de discutir com diversas autoridades as temáticas prioritárias do povo Xakriabá: território, saúde, educação e segurança pública, que permeiam o processo de retomada de direitos dos povos indígenas na atualidade. Assim, demonstrando a sociedade em geral e aos parlamentares da Casa a necessidade da defesa e da manutenção dos direitos indígenas.

Principais encaminhamentos, de acordo com as demandas apresentadas no evento: as parlamentares estaduais presentes se comprometeram em protocolar uma representação perante a ANEEL e a CEMIG, em razão dos problemas de falta de energia que ocasionam falta de água no território Xakriabá; as lideranças Xakriabá reforçaram a importância da demarcação do

território, entendendo a necessidade de uma agenda com caciques e Ministério da Justiça; parcerias com Tribunal de Justiça de Minas Gerais sobre a adequação e ações de atendimento para emitir documentos aos indígenas que necessitarem; dialogar com a SESAI a importância do saneamento básico para as comunidades indígenas; ação educativa junto a polícia militar; fomentar programas com a comunidade para executar trabalhos sociais e instituir o Conselho de Segurança Pública. Propuseram, ainda, a construção de uma audiência pública unificada, com seguintes órgãos: Ministério da Saúde, Ministério dos Povos Indígenas, secretário de saúde indígena e presidência da FUNAI.

SEMINÁRIO: OBRAS DA BR-135 NO NORTE DE MINAS GERAIS

Data: 16/10/2023

Requerimento nº 51/2023, deputada Célia Xakriabá (PSOL/MG)

Local: Clube Recreativo de São João das Missões, Minas Gerais.

Expositores: **Domingos Xakriabá** - Cacique do Território Indígena Xakriabá; **João Batista Xakriabá** - Cacique do Território Indígena Xakriabá; **Santo Xakriabá** - Cacique do Território Indígena Xakriabá; **Agenor Xakriabá** - Cacique do Território Indígena Xakriabá; **Adélia Lopo** - Vice-Prefeita do Município de São Das Missões/MG; **Nivea Maria de Oliveira** - Prefeita do município de Itacarambi-MG; **Anastácio Guedes Saraiva** - Prefeito do município de Manga/MG; **Maciel Xakriabá** - Coordenador polo base/SESAI; **Maria José Xakriabá** - Professora Xakriabá; Rogerinho Xakriabá - Motorista da Sesai; **Dimas Sales** - Diretor do Hospital de Manga; **Vandinho** - Comerciante; **Jonesvan Xakriabá** - Secretário de saúde Municipal; **Lucas Guedes** - Movimento BR-135 Sem Promessa; **Maurício Magalhães** - Movimento BR-135 Sem Promessa; Paulo Guedes - Deputado Federal (PT/MG); **Thais Magaldi** - Representante do Consórcio LCM/ÁPIA/HOLLUS-BR-135/MG; **Ana Sabino** - Assessora Parlamentar da FUNAI; **Dr. Hélder Magno** - Procurador

Regional dos Direitos do Cidadão-MPF; **Antonio Gabriel Oliveira** -Superintendente Regional do DNIT no estado de Minas Gerais; **Júlia de Paiva Pereira Leão** - Coordenadora-Geral de Licenciamento Ambiental FUNAI; **Cloves Benevides** - Subsecretário de Sustentabilidade, Ministério dos Transportes; **Leandro Eustáquio Tito Muniz** - Chefe do Reassentamento e Meio Ambiente - DNIT/MG

A BR-135, uma importante rodovia que intercepta quatro estados (Maranhão, Piauí, Bahia e Minas Gerais), estabelece uma conexão crucial entre o município de São Luís, capital do Maranhão, e Belo Horizonte. No entanto, destaca-se que o trecho situado entre Manga e Itacarambi (MG), abrangendo aproximadamente 57 km, permanece sem pavimentação. A ausência de pavimentação nesse trecho específico tem repercussões significativas, especialmente no que diz respeito aos serviços de saúde. A falta de conclusão da pavimentação afeta diretamente o atendimento das ações voltadas à saúde indígena, bem como impacta setores como educação, circulação de bens e produtos, envolvendo pequenos e médios produtores e comerciantes.

Os principais encaminhamentos da audiência: propôs-se a criação de um grupo de trabalho para entregar o relatório ao Ministério dos Transportes; encontro com a Equipe de Atualização do Estudo do Componente Indígena (ECI), que confirmou reunião com a equipe responsável por revisar e atualizar o ECI; acompanhamento junto ao IBAMA e ao DNIT, com o comprometimento para acompanhar o processo no IBAMA e solicitar que o DNIT solicite ao IBAMA a conclusão do licenciamento; manifestação se houver atraso, a Deputada Célia Xakriabá firmou compromisso de manifestar-se junto ao povo, se o DNIT não autorizar a obra, tendo em vista a reabertura dos direitos e garantias da obra.

SEMINÁRIO: EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO NA REGIÃO OESTE DO PARÁ

Data: 20/10/2023

Requerimento nº 67/2023, deputado Airton Faleiro (PT/PA)

Local: Santarém/PA

Expositores: **Maria do Carmo** - Deputada Estadual; **Adriano Araújo** – Diretor-Geral do IFPA campus de Santarém; **Aldenise Xavier - Reitora da UFOPA**; **Aluna Daira** - Presidente do DCE da UFOPA.

O seminário visou promover o debate sobre a expansão do ensino superior público nas regiões Sul e Sudeste do Pará, em razão da grande relevância e o potencial que esses locais possuem, pois criarão oportunidades de formação profissional e contribuirão para suprir demandas locais. Particularmente, a área da saúde se destaca pela necessidade de investimentos na expansão do ensino superior.

DILIGÊNCIAS

DILIGÊNCIA NO VALE DO JAVARI

Data: 28/10/2023

Requerimento nº 44/2023, **Deputada Célia Xakriabá (PSOL/MG)**

Expositores: **Weibe Tapeba** - Secretário Nacional da Saúde Indígena; **Darcy Marubo** - Liderança Indígena do Vale do Javari e Vice-Coordenador da Articulação dos Povos Indígenas do Amazonas; **Jecinaldo Sateré-Mawé** - Coordenador Geral dos Direitos Sociais do Ministério dos Povos

Indígenas; **Adelson da Silva Kanamari (Kura)** - Coordenador do DSEI Vale do Javari/SESAI; **Lídia Ribeiro Nóbrega** - Defensora Pública Federal e Integrante do GT Povos Indígenas da DPU; **Mislene Mendes Tikuna** - Diretora de Administração e Gestão da FUNAI; **Silvana Marubo** - Mulheres Indígenas do Vale do Javari; **Herodoto Jean de Sales (Tôta)** - FUNAI/Coordenação Regional Vale do Javari; **Varney Kanamari (Thoda)** - UNIVAJA



imagem: Thiago Yawanawa

Imagem: Lucas Marubo

O Vale do Javari fica localizado no extremo oeste do Amazonas, na fronteira com o Peru, sendo a segunda maior demarcação de terra indígena já feita no país, com 8.519.800 ha. (oito milhões, quinhentos e dezenove mil, e oitocentos hectares). A importância do Vale do Javari vai além dessa delimitação, pois nesse território vivem os povos indígenas Canamari (Kanamari), Culina, (Araúá e Pano), Marubo, Matis e Mayorúna. Vale ressaltar que no Vale do Javari ainda vivem povos isolados voluntariamente da sociedade nacional, além de haver também indígenas de recente contato.

Pelo fato de haver muitas calhas de rios e uma imensa floresta, o território fica frágil, suscetível a invasões. Há um histórico de narcotráfico, exploração de madeira, caça e pesca ilegal, garimpo ilegal, que persistem até os dias de hoje, levando insegurança e problemas sociais aos povos indígenas que ali vivem.

O Vale do Javari vem sofrendo com a ausência do Estado e demais autoridades no território, com lideranças indígenas ameaçadas, tendo o registro já de perseguição institucional pelo Governo Bolsonaro, e mortes de dois indigenistas vinculados à FUNAI (servidores públicos), que faziam a proteção do território de forma precária, além da morte de um jornalista investigativo britânico. Com essa diligência, foi possível contribuir para os trabalhos do Grupo de Trabalho de proteção territorial e de segurança da Terra Indígena Vale do Javari no Amazonas, que compõe o Comitê Interministerial de Coordenação, Planejamento e Acompanhamento das Ações de Desintrusão de Terras Indígenas, instituído pela RESOLUÇÃO GM/MPI Nº 1, DE 31 DE MAIO DE 2023.

REUNIÕES TÉCNICAS

ENCONTRO COM LIDERANÇAS DO POVO XAKRIABÁ

Data: 09/05/2023

Expositores: **Geovane Nunes Xakriabá** - Enfermeiro da saúde Indígena-SESAI; **João Cavalcante** - Vice Cacique do povo Xakriabá; **Domingos Xakriabá** - Cacique do povo Xakriabá; **João Batista Xakriabá** - Cacique do povo Xakriabá; **Agenor Xakriabá** - Cacique do povo Xakriabá; **Santo Xakriabá** - Cacique do povo Xakriabá; **Vagney Xakriabá** - Coordenador técnico Local-FUNAI; Deputado Federal Padre João- PT/MG.



imagem: André Guajajara

As lideranças Xakriabá apresentaram demandas territoriais aos órgãos do Poder Executivo, solicitando a valorização dos profissionais de saúde indígena e que tenham uma atenção maior à saúde indígena.

DELEGAÇÃO DE CONGRESSISTAS ESTADUNIENSES

Data: 14/08/2023

Expositores: **Alexandria Ocasio Cortez** - Congressista do 14º distrito de Nova York-EUA; **Misty Rebik** - Chefe de Gabinete senador Bernie Sanders ; **Maxwell Alejandro Frost** - Congressista do 10º distrito da Flórida- EUA; **Nydia Velásquez** - Membro da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos; **Greg Casar** - congressista 2º distrito do Texas-EUA; Kleber Karipuna- Coordenador Executivo da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil; **Braulina Baniwa** - Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade; Lúcia Alberta - Diretora de Promoção de Desenvolvimento Sustentável e presidenta substituta interina da FUNAI; **Giovana Mandulão** - coordenação Geral de monitoramento e avaliação da saúde Indígena/SESAI; **Adriana Abdenour** - Assessora Especial (Relações Internacionais)/Assessoria Especial do Presidente da República.



imagem: André Guajajara

As pautas debatidas foram a questão indígena no Brasil, a reformulação da política dos Estados Unidos para a América Latina, ações climáticas, causas da migração para os estados Unidos e democracia.

COP28 E COP30: PARLAMENTARES PELO PLANETA

Data: 17/10/2023



imagem: André Guajajara



imagem: André Guajajara

Reunião técnica para discutir as diretrizes para a atuação da comitiva de deputadas e deputados para a Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima de 2023, bem como pontos de partida para a contribuição parlamentar na organização da COP 30, em Belém/PA.

COMISSÃO DISCUTE ORÇAMENTO DE 2024 COM MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS

Data: 17/10/2023



imagem: André Guajajara



imagem: André Guajajara

Apresentação da Cartilha de Emendas Parlamentares 2024 para o Ministério dos Povos Indígenas, bem como das demandas de Complementação Orçamentária, por emenda de Comissão, ao Orçamento Geral da União de 2024.

TRABALHO CONJUNTO

AUDIÊNCIA PÚBLICA: VIOLÊNCIAS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES INDÍGENAS NO BRASIL

Comissões Envolvidas: CDHMIR, CLP e CPOVOS

Data: 20/04/2023

XX SEMINÁRIO LGBTQIA+ DO CONGRESSO NACIONAL - IN MEMORIAN DE DAVID MIRANDA

Comissões Envolvidas: CDHMIR, CE, CMULHER, CSAUDE e CPOVOS

Datas: 19 e 20/09/2023

PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: AVANÇOS E DESAFIOS

Plenário Senador Petronio Portela, Senado Federal

Data: 18/10/2023

SEMINÁRIO PREPARATÓRIO PARA A COP 28

Comissões envolvidas: CMADS e CPOVOS

Data: 18/10/2023

VISITAS TÉCNICAS

VISITA TÉCNICA AO NORTE DE MINAS GERAIS

Datas: 17 e 18/09/2023

Local: Municípios de Manga, Montes Claros e Januária, Minas Gerais

VISITA TÉCNICA AO TERRITÓRIO DO POVO TERENA

Data: 15/11/2023

Local: Município de Nioaque, Mato Grosso do Sul

VISITA TÉCNICA AO POVO GUARANI-KAIOWÁ

Datas: 24/11/2023

Local: Município de Amambai, Mato Grosso do Sul



ORÇAMENTO – EMENDAS DA COMISSÃO

O modelo orçamentário brasileiro foi definido na Constituição Federal de 1988 do Brasil e compõe-se de três instrumentos: o Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA. O Art. 43 da Resolução nº 1 de 2206-CN dispõe “as comissões permanentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e as comissões mistas permanentes do Congresso Nacional, no âmbito de suas competências regimentais, poderão apresentar emendas ao projeto”. Estas são as chamadas “emendas de Comissão”.

Assim, a CPOVOS aprovou as emendas indicadas que, na sequência, foram encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para análise e aprovação de parecer e, então, seguiram para apreciação, em sessão conjunta, do Congresso Nacional.



EMENDAS DA CPOVOS AO PROJETO DE LEI Nº 29/2023 - CN**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA 2024)****50400001: Gestão de Políticas para Povos Indígenas/Nacional**

Sugestão da Deputada Célia Xakriabá (PSOL/MG) e do Deputado Chico Alencar

Programa: 5838 - Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígena

Funcional Programática 14.423.5838.21FL.0001

Produto: Comunidade indígena beneficiada (unidade)

Acréscimo de meta: R\$ 100.000.000

Parecer da CMO: Aprovada PARCIALMENTE, no total de R\$ 4.000.000

50400002: Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena/Nacional

Sugestão do Deputado Defensor Stélio Dener (Republicanos/RR)

Programa: 5122 - Saúde Indígena

Funcional Programática 10.423.5122.20YP

Produto: População indígena beneficiada (unidade)

Acréscimo de meta: R\$ 100.000.000

Parecer da CMO: Aprovada PARCIALMENTE, no total de R\$ 10.000

50400003: Regularização Fundiária, Proteção e Gestão dos Territórios Indígenas/ Nacional

Sugestão da Deputada Célia Xakriabá (PSOL/MG)

Programa: 1617 - Demarcação e Gestão dos Territórios Indígenas para o Bem Viver, a Sustentabilidade e o Enfrentamento da Emergência Climática

Funcional Programática: 14.125.1617.20UF.0001

Produto: Terra indígena atendida (unidade)

Acréscimo de meta: R\$ 100.000.000

Parecer da CMO: Aprovada PARCIALMENTE, no total de R\$ 3.000.000

50400004: Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais dos Povos Indígenas/Nacional

Sugestão da Deputada Juliana Cardoso (PT/SP)

Programa: 5838 - Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígenas

Funcional Programática: 14.423.5838.21BO.0001

Produto: Comunidade indígena beneficiada (unidade)

Acréscimo de meta: R\$ 100.000.000

Parecer da CMO: Aprovada PARCIALMENTE, no total de R\$ 2.000.000

EMENDAS DA CPOVOS AO PROJETO DE LEI Nº 4/2023 - CN**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (PLDO 2024)**

50400001: Priorização de recursos para regularização fundiária, proteção da Amazônia e gestão dos territórios indígenas.

Sugestão da Deputada Célia Xakriabá (PSOL/MG)

Programa: 1617 - Demarcação e gestão dos territórios indígenas para o bem viver, a sustentabilidade e o enfrentamento da emergência climática.

20UF - Regularização fundiária, proteção e gestão dos Territórios Indígenas

Produto: Terra indígena atendida (unidade)

Parecer da CMO: Aprovada PARCIALMENTE

50400002: Priorização de recursos para Gestão de Políticas para Povos Indígenas

Sugestão do Deputado Chico Alencar (PSOL/RJ)

Programa: 5838 - Direitos pluriétnicos-culturais e sociais para o pleno exercício da cidadania e o bem viver dos Povos Indígenas

21FL - Gestão de políticas para povos indígenas

Produto: Comunidade indígena beneficiada (unidade)

Parecer da CMO: Aprovada PARCIALMENTE

50400003: Priorização de recursos para apoio à implementação de políticas para Quilombolas, comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos.

Sugestão da Deputada Célia Xakriabá (PSOL/MG)

Programa: 5802 - Políticas para Quilombolas, Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Povos Ciganos

21FE - Apoio à implementação de políticas para quilombolas, comunidades tradicionais de matriz africana, povos de terreiro e ciganos

Produto: Comunidade apoiada (unidade)

Parecer da CMO: Aprovada PARCIALMENTE

50400004: Emenda aditiva de Texto ao Art. 18 da LDO

Sugestão do Deputado Defensor Stélio Dener (Republicanos/RR)

Texto proposto: f) à construção, manutenção e conservação de estradas vicinais destinadas à integração com rodovias federais, estaduais e municipais;

Parecer da CMO: Aprovada PARCIALMENTE

50400005: Emenda aditiva de Texto ao Art. 91 da LDO

Sugestão do Deputado Defensor Stélio Dener (Republicanos/RR)

Texto proposto: § 4º A emissão de nota de empenho, a realização das transferências de recursos e a assinatura dos instrumentos a que se refere o caput, bem como a doação de bens, materiais e insumos, não dependerão da situação de adimplência do município de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes, identificada em cadastros ou sistemas de informações financeiras, contábeis e fiscais.

Parecer da CMO: Aprovada PARCIALMENTE nos termos do Substitutivo

EMENDAS DA CPOVOS AO PROJETO DE LEI Nº 28/2023 - CN**PLANO PLURIANUAL (PPA 2024-2027)**

50400001: Combate à Desnutrição dos Povos Indígenas

Sugestão do Deputado Defensor Stélio Dener (Republicanos/RR)

Valores propostos para 2024: 0 (R\$)

Valores propostos para 2025: 950.000.000 (R\$)

Valores propostos para 2026: 1.105.000.000 (R\$)

Valores propostos para 2027: 1.225.000.000 (R\$)

Valores Globais (R\$) 3.280.000.000

Parecer da CMO: Rejeitada INTEGRALMENTE



Presidentes da Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público

Presidentes da Comissão de D

CONTATO

Endereço:

Anexo II, pavimento superior, ala C, sala 126
Câmara dos Deputados - Palácio do Congresso Nacional - Praça dos Três Poderes
CEP 70160-900 – Brasília/DF

Telefones:

(61) 3216-6321 - (61) 3216-6325

E-mail:

cpovos.decom@camara.leg.br



Comissão da
Amazônia e dos Povos
Originários e Tradicionais

